

Quem disse ?

«Cientistas reputados, designados pelas Universidades de Aveiro, Coimbra e Porto concluíram, por unanimidade, que a co-incineração é um processo ambiental aceitável que reduz significativamente as toxinas dos combustíveis normais»

Emídio Rangel

Diário de Notícias, 27 de Maio

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1066 • 1 JUNHO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



NAS BANCAS

Previsão da OCDE para 2000

Economia portuguesa cresce 3,6%

Segundo as previsões da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, divulgadas na terça-feira, a economia portuguesa vai acelerar este ano para um crescimento de 3,6 por cento, valor que inclusivamente está acima das próprias estimativas do Governo para 2000. Nas previsões de Outubro de 1999, a OCDE apontava para um crescimento de 3,4 por cento em 2000 e 3,2 por cento em 2001, o que face aos números de terça-feira corresponde a uma revisão em alta de 0,2, por cento.

Segundo as perspectivas económicas da OCDE, a economia portuguesa entrou no seu sétimo ano de crescimento consecutivo, com todos os componentes da procura em forte expansão. A OCDE assinala que a actividade económica foi dinamizada no final de 1999 por uma retoma das exportações, apoiada pelo vigor do investimento e do consumo, prevenido que este ano e no próximo a aceleração das exportações compense largamente o progressivo abrandamento da procura interna. Assinala ainda que o forte aumento das receitas, devido à cobrança de impostos e ao vigor da procura interna, permitiu a redução do défice orçamental.

No seu relatório, a OCDE observa que o Governo português espera que as receitas correntes cresçam mais rapidamente do que o Produto Interno Bruto, essencialmente devido às medidas referentes à luta contra a evasão fiscal, enquanto que a despesa abrandará.

Por outro lado, prevê que a taxa de desemprego estabilize nos quatro por cento até 2001, sendo as previsíveis perdas de emprego na construção e nas indústrias têxteis compensadas pela criação de emprego nos serviços.

Presidência Aberta de quatro dias de Jorge Sampaio

Vale do ave esquece «bandeiras negras»



Ao longo de quatro dias de Presidência Aberta, Jorge Sampaio visitou vários concelhos do Vale do Ave, procurando identificar os problemas e as potencialidades desta região no litoral norte do País. No final da visita, Jorge Sampaio mostrou-se optimista em relação ao percurso de desenvolvimento seguido nos últimos anos. Como sublinharam vários autarcas, já vão longe os tempos de dificuldades, com manifestantes a empunharem bandeiras negras. Jorge Sampaio apelou ainda à reforma do sistema político, demarcou-se das pequenas guerras políticas que se travam um pouco por todo o País, recusou-se a comentar a polémica sobre a falhada constituição da Fundação Jorge Álvares e justificou o convite ao seu homólogo indonésio para visitar Portugal, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Política

Visita de dois dias a Portugal do Presidente dos EUA Clinton elogia democracia portuguesa Sampaio pelo fim da pena de morte



O Presidente dos Estados Unidos da América afirmou terça-feira que o mundo poderá vir a ter uma grande dívida com o nosso país, enquanto Jorge Sampaio aproveitou o banquete oferecido ao seu homólogo norte-americano para defender a «abolição universal da pena de morte». Discurso em que também agradeceu ao Presidente dos EUA a posição que tomou em defesa do povo de Timor-Leste e pela acção que os seus militares desenvolveram para a paz nos Balcãs.

Sociedade & País

Equipamento social Guterres visitou obras da expansão do Metro de Lisboa



O Governo do PS decididamente aposta no Metro. Nunca a aposta na expansão deste meio de transporte rápido, seguro e cómodo foi tão grande. Objectivo principal: servir os cidadãos e melhorar a sua qualidade de vida, nomeadamente num grande centro urbano como é a região da Grande Lisboa.



Uma nova Europa

Na Europa os valores da cidadania são, cada vez mais, um dos factores de aposta do desenvolvimento e garante da construção de uma União Europeia politicamente mais unida e democrática, economicamente mais competitiva e socialmente mais justa.

A Europa da cidadania, do emprego, da modernidade, do conhecimento e do combate à exclusão social é cada vez mais uma realidade. A comunhão de princípios assumidos nestas diferentes matérias, ao longo deste semestre de presidência portuguesa da União Europeia, irão marcar definitivamente o rumo do nosso futuro.

O facto é que o Conselho Europeu de Lisboa resultou numa verdadeira revolução da estratégia da União Europeia ao aprovar um vastíssimo conjunto de decisões e medidas concretas em assuntos que dizem directamente respeito à vida dos cidadãos.

Um deles prende-se directamente com as novas tecnologias e a nova economia. Esta é, aliás, uma área em que o Governo, mobilizando toda a sociedade portuguesa, quer imprimir uma marca decisiva, fazendo Portugal passar para o pelotão da frente da nova economia e garantindo que isso se consegue sem exclusão social. Esta forte aposta será materializada através do Programa Portugal Digital, que terá como elemento motor essencial a Iniciativa Internet.

O sucesso da presidência portuguesa, por todos reconhecido – excepto por alguma oposição que persiste em enfiar a cabeça na areia e não querer ver a realidade –, é hoje um exemplo apontado internacionalmente e motivo de respeito de toda a comunidade. Portugal é, depois da brilhante vitória que obteve na negociação da Agenda 2000, um País visto com outros olhos, sobretudo pelas grandes potências.

No mundo moderno, o prestígio internacional de um País, sobretudo se relativamente pequeno, como o nosso, é essencial para a própria defesa do interesse nacional.

Este simples facto, torna hoje da maior importância, se nos lembrarmos o quanto este factor foi decisivo para desencadear em Timor-Leste, após o referendo, a mais rápida intervenção militar de sempre feita em nome dos direitos de um Povo.

O exemplo de Portugal é reconhecido além-fronteiras. Um País que saiu de uma longa ditadura há apenas 26 anos, passando tranquilamente para a democracia, é hoje apontado como referência aos países que há dez anos atrás saíram da órbita da ex-URSS.

O próprio Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, de visita ao nosso país, referiu explicitamente o exemplo português ao afirmar que os futuros parceiros de Portugal na União Europeia «estão a aprender com o nosso exemplo». Desejando que «ao olharmos em frente para um novo século, que os valores que nós partilhámos possam continuar a propagar-se pelo planeta. Que eles tragam frutos em mais lugares e para mais pessoas do que em qualquer outro momento da história.»



SOARES REÚNE COM HERÓI DA REVOLUÇÃO SANDINISTA

No canto superior direito da primeira página do «Acção Socialista» de 3 de Junho de 1982 uma notícia com foto chamava a atenção.

Era a notícia breve de um encontro do camarada Mário Soares com o «Comandante Zero», Eden Pastora, herói da revolução sandinista, que tinha atingido a celebridade por ter protagonizado acções espectaculares contra o regime ultraditatorial e corrupto de Somoza e «sus muchachos».

«A convite da Fundação de Relações Internacionais, a que preside Mário Soares, proferiu no dia 2 de Junho uma conferência sobre a actual situação na Nicarágua o célebre Comandante Zero, Eden Pastora, herói da revolução sandinista, e que agora com a mesma coragem tem vindo a denunciar o desvio totalitário pelo qual enveredou a revolução na Nicarágua», lia-se no órgão oficial do PS.

A luta intestina no então Governo da AD e a construção de uma alternativa de progresso protagonizada pelo PS à coligação de centro-direita dominavam as páginas da edição n.º 184 do «AS».

J. C. CASTELO BRANCO

3 de Junho

Quem disse?

«O papel das Nações Unidas deve ser reforçado, especialmente no que respeita ao controlo de armamentos»

Comunicado da Internacional Socialista



Conselho Europeu dos Transportes Jorge Coelho nomeado presidente

O ministro Jorge Coelho foi nomeado, ontem, em Praga, presidente do Conselho Europeu dos Ministros dos Transportes (CEMT), para o período 2000/2001.

A nomeação obrigará Portugal à realização de uma cimeira anual neste período, que decorrerá em Maio de 2001, além da organização de diversos encontros ministeriais e de especialistas internacionais visando a análise dos problemas dos transportes a nível europeu e mundial, de que se destaca a sua harmonização internacional.

Como programa para a presidência portuguesa da CEMT, Jorge Coelho definiu «o desenvolvimento de um

sistema de transporte fundado na mobilidade durável, na melhoria da segurança rodoviária e na promoção do papel do transporte marítimo de curta distância, em alternativa competitiva ao transporte rodoviário internacional».

A conferência europeia de ministros dos Transportes é uma organização intergovernamental criada a 18 de Outubro de 1953, em Bruxelas, tendo ainda como associados cinco países não europeus (Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Japão e Nova Zelândia).

A Arménia, o Liechtenstein e Marrocos têm estatuto de observador.

Açores: Autarquias das ilhas com 43 milhões de contos no III QCA

Os municípios açorianos vão dispor de um total de 43 milhões de contos (21.5 milhões de euros) no programa operacional da região incluído no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Segundo declarou no passado dia 18 o secretário regional Ajusto da Presidência do Governo Regional dos Açores, na abertura de um seminário para eleitos locais, no Pico, o total de apoios comunitário afecto às autarquias até 2006 justifica o empenho do Executivo na criação de «condições efectivas» para o seu integral aproveitamento.

Por isso, o Governo Regional tem em preparação um acordo a estabelecer com os 19 municípios, visando contemplar estas

autarquias por eventuais atrasos nas transferências das verbas comunitárias, referiu Francisco Coelho.

«Independentemente das causas das demoras, o Executivo assumirá os juros dos empréstimos a contratar para fazer face aos atrasos», adiantou.

O secretário regional com competências nas relações com as autarquias referiu ainda que a administração regional propõe-se assumir os encargos com os juros de empréstimos contraídos pelos municípios para execução dos aterros sanitários de S. Miguel, Pico e Terceira, até à aprovação dos respectivos projectos pelo Fundo de Coesão.

Portugal/Indonésia Sampaio convida Wahid a visitar Lisboa

O Presidente da República, Jorge Sampaio, vai convidar o seu homólogo indonésio, Abdurrahman Wahid, a visitar Portugal.

O convite será entregue ao presidente Wahid pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, durante a visita oficial a Jacarta, que se inicia hoje, prolongando-se até ao dia 3.

A visita do Presidente indonésio a Portugal será acertada posteriormente pelos canais diplomáticos, mas poderá ocorrer até ao final deste ano.

A concretizar-se a deslocação, Abdurrahman Wahid será o segundo Presidente da República Indonésia a visitar Portugal, depois de Sukarno (primeiro chefe de Estado do país) ter estado oficialmente em Lisboa, em Maio de 1960.

A visita de Jaime Gama será a primeira de um chefe da diplomacia portuguesa à Indonésia e realiza-se a convite do seu homólogo Alwi Shihab, que se deslocará posteriormente a Lisboa, em data ainda a decidir.

A troca de visitas entre os dois ministros foi decidida em Novembro do ano passado,



quando Jaime Gama e Alwi Shihab se encontraram em Nova Iorque para decidir o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, suspensas por Portugal em 7 de Dezembro de 1975, na sequência da invasão de Timor-Leste pela Indonésia.

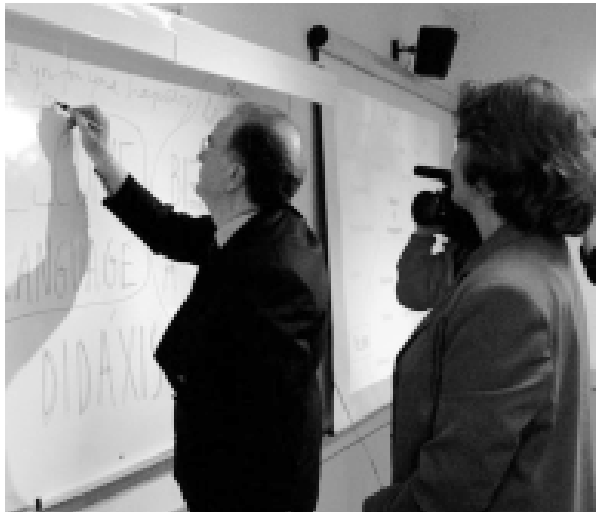
As relações diplomáticas entre os dois países foram restabelecidas formalmente em 28 de Dezembro de 1999, mas antes, a 27 de Novembro de 1998, Lisboa e Jacarta tinham acordado a troca de secções de interesses.

JORGE SAMPAIO

Presidência Aberta de quatro dias

VALE DO AVE ESQUECE «BANDEIRAS NEGRAS»

Ao longo de quatro dias de Presidência Aberta, Jorge Sampaio visitou vários concelhos do Vale do Ave, procurando identificar os problemas e as potencialidades desta região no litoral norte do País. No final da visita, Jorge Sampaio mostrou-se optimista em relação ao percurso de desenvolvimento seguido nos últimos anos. Como sublinharam vários autarcas, já vão longe os tempos de dificuldades, com manifestantes a empunharem bandeiras negras. Jorge Sampaio apelou ainda à reforma do sistema político, demarcou-se das pequenas guerras políticas que se travam um pouco por todo o País, recusou-se a comentar a polémica sobre a falhada constituição da Fundação Jorge Álvares e justificou o convite ao seu homólogo indonésio para visitar Portugal, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de Timor-Leste.



O Presidente da República defendeu sábado, no seu último dia de Presidência Aberta no Vale do Ave, ser preciso gerir as duas realidades pelas quais passa o futuro desta região do Norte do país: modernizar o tecido empresarial e cuidar dos problemas sócio-económicos. Num balanço feito sobre a Presidência Aberta no Vale do Ave, Jorge Sampaio salientou serem necessários «novos incentivos de apoios aos que «estão disponíveis» para concretizar os projectos de recuperação e de modernização do tecido sócio-económico local. Mas também, segundo o chefe do Estado, «precisamos de apoiar as vítimas», cuja existência, provocada pela reestruturação da indústria têxtil na década de 90, «não podemos desconhecer». Ainda «é possível requalificar» os operários «mais antigos» que, pela idade e pelas reduzidas qualificações profissionais, têm sido atingidos (com a perda de empregos ou a manutenção de salários baixos) pelo processo de modernização das empresas têxteis, sustentou Jorge Sampaio.

«Se trabalharmos, se progredirmos, se houver equidade e coesão social, há condições» para que o Vale do Ave consolide a recuperação encetada há quase uma década – e que acabou com as sinistras bandeiras negras então empunhadas pelas vítimas da crise que assolava a região», frisou ainda o Presidente da República.

O chefe de Estado fez então um balanço positivo da sua visita de quatro dias ao Vale do Ave, já que verificou haver vários projectos em curso que oferecem «novas oportunidades» de emprego e de requalificação profissional, tecnológica e

urbana. Um exemplo disso é o Plano de Urbanização das Margens do Ave em curso em Santo Tirso, que sábado foi apresentado ao chefe de Estado pelo presidente da Câmara deste concelho, Castro Fernandes. O presidente da Câmara destacou a importância dos dois «projectos âncora» do plano: a reconversão da chamada Fábrica do Teles (num centro empresarial e cultural) e o Parque Urbano da Rabada (onde se vão criar estruturas e equipamentos lúdicos e desportivos). Castro Fernandes destacou também a importância da beneficiação da linha ferroviária de Guimarães (bloqueada na Trofa devido aos problemas que levanta a passagem dos comboios pela localidade), por permitir «dentro de poucos anos» chegar-se ao Porto (São Bento, Campanhã, Trindade) em menos de meia hora. A limpeza do leito do rio Ave, a construção de novas vias de comunicação, a reabilitação da chamada frente do rio, são outras acções incluídas no plano.

Balanço positivo da visita

Enquanto presidente em exercício da Associação de Municípios do Vale do Ave – que convidou o Presidente da República a visitar esta região –, Castro Fernandes também fez um balanço positivo da iniciativa. O autarca realçou um «aspecto essencial» da Presidência Aberta de Jorge Sampaio à sua região: «As bandeiras negras quase não foram faladas» durante os quatro dias de visita. Já no que respeita ao problema grave do desemprego de longa duração, Castro Fernandes remeteu

para o Governo a resolução dessa questão social que transcende as capacidades e competências das autarquias locais. Mas o importante, salientou, é que a visita do Presidente da República permitiu verificar a existência de vantagens comparativas reais no Vale do Ave para quem aí está radicado. O final simbólico da Presidência Aberta de Jorge Sampaio foi o jantar oferecido pela Associação de Municípios do Vale do Ave no pavilhão do Vitória de Guimarães.

Também em Santo Tirso, antes de terminar a sua Presidência Aberta no Vale do Ave, o Presidente da República não aceitou comentar a polémica sobre a constituição da Fundação Jorge Álvares, designadamente o teor da carta do antigo governador de Portugal em Macau Rocha Vieira. Para o efeito, o chefe de Estado argumentou desconhecer o conteúdo da carta publicada nesse dia pelo jornal «Expresso». Depois, Jorge Sampaio relembrou, contudo, o que disse o actual presidente desta antiga colónia portuguesa, Edmund Ho, durante a sua recente visita a Portugal:

«Tenho apenas uma frase de Edmund Ho, meu particular amigo, que em Portugal disse uma frase-chave: este assunto está morto. Não mexam muito mais nele», disse o chefe de Estado aos jornalistas que acompanharam a sua visita ao Vale do Ave. Ainda em Santo Tirso, o Presidente da República afirmou que o convite ao seu homólogo indonésio para visitar Portugal visa o retomar das relações bilaterais e favorece os interesses de Timor-Leste. De acordo com a perspectiva defendida por Jorge Sampaio, Portugal e a Indonésia

tiveram quase sempre excelentes relações até à invasão de Timor-Leste pelo regime de Jacarta. Acresce ainda, segundo Jorge Sampaio, que o presidente indonésio Wahid, «é uma figura de importância mundial», que está a protagonizar um processo de normalização política extremamente complexo no seu país. Quando à eventualidade de se deslocar à Indonésia, O Presidente da República respondeu que isso «naturalmente acontecerá», mas num futuro indeterminado e até por outro titular do cargo. O convite de Jorge Sampaio vai ser entregue dentro de dias, quando o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, chegar a Jacarta para uma visita oficial.

Reforma do sistema político

Na véspera, sexta-feira, em Famalicão, o Presidente da República voltou a insistir na «necessidade da reforma do sistema político» e instou os intervenientes nessa mudança a fazê-la «com tolerância» e com «dignidade».

«Ninguém avança nada à gritaria ou ao insulto», observou Jorge Sampaio, durante uma sessão solene realizada na Câmara Municipal de Famalicão, no terceiro dia da sua Presidência Aberta dedicada aos problemas e às potencialidades do Vale do Ave. Reafirmando a sua crença na capacidade dos portugueses em vencer os desafios que o país enfrenta e conduzi-lo a «mundos melhores», Jorge Sampaio retomou também os alertas ao consumismo. «Temos de viver ao nível das nossas possibilidades, ter ambição para que elas sejam cada vez maiores, mas não viver acima delas, sem pensar que as coisas não são fáceis e custam a construir», afirmou.

O Presidente da República realçou também que Portugal «precisa de mais qualidade a todos os níveis, destacando como exemplos o social, o profissional e o académico. A este respeito, Jorge Sampaio frisou que «Portugal ainda tem licenciados a menos e precisa que todos tenham qualidade» com a formação recebida. Jorge Sampaio, cuja intervenção focou vários aspectos ligados à solidariedade social, enfatizou também a importância do associativismo e das parcerias entre os vários agentes de desenvolvimento do País. Também nesse dia, mas em Vizela, o Presidente da República invocou a sua experiência em casos de separação, enquanto advogado, para dizer aos trofenses que o futuro do novo município passa pela «cooperação, apaziguamento e trabalho em conjunto» com Santo Tirso. «Tenho o dever de dizer que há batalhas e guerras que têm de terminar», afirmou Jorge Sampaio, que ainda deixou um aviso: «Começo a estar farto de pequenas guerras» que proliferam na vida política nacional.

PRESIDENTE DOS EUA

Visita de dois dias a Portugal

CLINTON ELOGIA DEMOCRACIA PORTUGUESA - SAMPAIO PELO FIM DA PENA DE MORTE

O Presidente dos Estados Unidos da América afirmou terça-feira, no primeiro dia de visita oficial a Portugal, que o mundo poderá vir a ter uma grande dívida com o nosso país, enquanto Jorge Sampaio aproveitou o banquete oferecido ao seu homólogo norte-americano para defender a «abolição universal da pena de morte». Discurso em que também agradeceu ao Presidente dos Estados Unidos da América a posição que tomou em defesa do povo de Timor-Leste e pela acção que os seus militares desenvolveram para a paz nos Balcãs. Bill Clinton foi recebido no aeroporto militar de Lisboa por António Guterres, tendo partido para a Torre de Belém, onde se realizou a cerimónia de boas-vindas. Antes de se deslocar ao Pavilhão do Conhecimento, no Parque das Nações, Clinton visitou o Mosteiro dos Jerónimos e almoçou com António Guterres em São Bento.

De acordo com Bill Clinton, Portugal será lembrado quando se concretizar a construção de uma Europa sem divisões, democrática e em paz. Em seguida, lembrou que há 26 anos atrás, «Portugal passou de uma ditadura para uma democracia», para logo afirmar: «há dez anos atrás a Europa de Leste seguiu-vos. Hoje está a aprender com o vosso exemplo». «Hoje, ao olharmos em frente para um novo século, que os valores que nós partilhámos possam continuar a propagar-se pelo planeta. Que eles tragam frutos em mais lugares e para mais pessoas do que em qualquer outro momento da história. E que possamos estar sempre prontos – e juntos – como amigos pela sua defesa, sublinhou ainda o chefe de Estado norte-americano já na parte final da sua intervenção. Em outra passagem do seu discurso proferido no banquete do Palácio da Ajuda, o presidente norte-americano recordou que «Portugal foi o primeiro Estado neutro a reconhecer» a independência dos Estados Unidos da América. Bill Clinton referiu-se ainda à cooperação que os dois países estão a realizar nos Balcãs, em África e em Timor-Leste, cooperação essa que Jorge Sampaio também evidenciou no seu discurso. O chefe de Estado português defendeu a abolição da pena de morte, lembrando que os Estados Unidos foram pioneiros em corporizar a «ideia de que os Estados são parte integrante de uma comunidade internacional regida por valores universais», como «o respeito pelos direitos humanos, a liberdade e a democracia».



Jorge Sampaio aproveitou o seu discurso para agradecer a Bill Clinton a posição tomada em Setembro logo após o referendo em Timor-Leste. Por fim, destacou o contributo dos Estados Unidos da América na resolução do conflito nos Balcãs, no combate a epidemias e doenças infecciosas no continente africano e na garantia de segurança da Europa.

O Presidente dos Estados Unidos da América chegou terça-feira a Lisboa para uma estada de 48 horas, tendo sido recebido no aeroporto militar da capital portuguesa pelo primeiro-ministro, António Guterres. No aeroporto encontrava-se também o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama. Em ambiente informal, Bill Clinton e António Guterres falaram durante cerca de três minutos, após o que o Presidente dos Estados Unidos se dirigiu ao hotel onde esteve instalado em Lisboa.

Agradecimento pelo apoio a Timor-Leste

Já na cerimónia de boas-vindas em frente à Torre de Belém, o Presidente da República, Jorge Sampaio, afirmou que Portugal e os Estados Unidos da América têm vários desafios comuns, apontando como exemplos a independência em Timor-Leste e o contributo para consolidar a democracia na Indonésia.

O Presidente dos Estados Unidos começou por homenagear o papel de Portugal no mundo actual, comparando-o como o de há de 500 anos, na época dos

onde colocou uma coroa de flores no túmulo de Camões. Já no Palácio de Belém, Jorge Sampaio ofereceu ao seu homólogo norte-americano uma taça de cristal e dois livros. «Portugal e a independência dos Estados Unidos», do embaixador português Calvet Magalhães, e a obra «Portugal monumental cartográfica», foram as obras oferecidas.

Cooperação no combate à doença

Já na parte da tarde, o Presidente dos Estados Unidos anunciou o reforço da cooperação entre os dois países na luta contra as doenças infecciosas, como a sida, a malária e tuberculose no continente africano. O primeiro-ministro, António Guterres, e o chefe de Estado norte-americano foram ainda mais específicos na referência às acções para o combate à malária em São Tomé e Príncipe. «A revolução científica tem de chegar a todos», sublinhou Bill Clinton, após uma visita ao Pavilhão do Conhecimento Ciência-Viva, no Parque das Nações, onde contactou com investigadores nacionais e estudantes do ensino secundário. «As doenças infecciosas ameaçam em alguns países africanos a economia e a sobrevivência social», disse Bill Clinton, que estimou que 70 por cento dos casos de sida se encontram localizados na África subsaariana, e que um terço do mundo já tenha tido contacto com a tuberculose. Por sua vez, António Guterres disse esperar ser possível intensificar o esforço conjunto da União Europeia e Estados Unidos no combate às doenças infecciosas como a malária, a tuberculose e a sida».

No final da tarde, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, anunciou que Portugal e os Estados Unidos renovaram por um ano o acordo sobre a base das Lajes, que terminava a 21 de Novembro deste ano. «O próprio acordo dispõe que, no caso de nenhuma das partes pedir a sua renegociação, será automaticamente prorrogado por mais um ano», afirmou o responsável pela diplomacia nacional. Jaime Gama confirmou depois que a questão foi abordada nos encontros bilaterais realizados no âmbito da visita oficial de Bill Clinton.

Jaime Gama disse também que nos encontros bilaterais foi abordada a questão de Timor-Leste, tanto na perspectiva do passado recente, como quanto à futura cooperação para «um bom funcionamento da administração das Nações Unidas e para o apoio à emergência de um novo Estado independente. Tivemos a oportunidade de agradecer ao Presidente Bill Clinton a atitude dos Estados Unidos nos dias difíceis da transição em Timor-Leste e a sua resolução firme para o empenhamento» norte-americano, disse.

NOVO REGIME DE PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO

O Executivo socialista deu carta branca, na passada quinta-feira, dia 25, à proposta de lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Este diploma visa, por um lado, ultrapassar a inexistência e o desajustamento às realidades actuais de significativas áreas da lei n.º 13/85, de 6 de Julho, e, por outro, pôr termo à dispersão legislativa e aos vazios de regulamentação, adequando, simultaneamente, o direito interno aos novos critérios e formas de protecção ditados pelo direito internacional e pelo direito comunitário.

A reforma que este diploma se propõe – e que constitui o alicerce fundamental para um futuro Código do Património – era também necessária em face do regime autónomico insular, tanto mais quando no novo artigo 228º, alínea b, da Constituição se consagra expressamente que o património cultural é matéria de interesse específico das regiões autónomas.

De entre as inovações de carácter genérico do diploma importa realçar a definição dos princípios gerais; a explicitação dos direitos, garantias e deveres dos cidadãos; e a enunciação dos objectivos e das componentes específicas da política do património cultural, com destaque particular para as directrizes em matéria de planeamento, coordenação e articulação de políticas, inspecção e prevenção, informação, afectação de meios e do controlo e avaliação.

A estruturação da proposta de lei em torno do conceito técnico-jurídico de bens culturais, por ser junto dos bens móveis e imóveis que se colocam particulares exigências de protecção, no que constitui o regime geral de protecção; bem como a inclusão de regimes especiais de protecção e valorização, com destaque para o património arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico, do mesmo passo que se reforça o regime do património arqueológico, são outras das inovações consubstanciadas.



No campo das soluções, acolheu-se o inventário como forma básica de identificação e protecção dos bens culturais, figura que aparece rodeada de especiais benefícios, de modo a favorecer a sua receptividade.

Algumas das soluções e inovações propostas no sentido da garantia de maior eficácia e agilidade do sistema são:

- Criação de um registo próprio e um título para cada forma de protecção;
- Definição, pela primeira vez, dos critérios genéricos para a apreciação do interesse cultural (carácter matricial do bem; o seu interesse como testemunho simbólico ou religioso ou como testemunho notável de vivências ou factos históricos; o seu valor estético, técnico ou material; concepção arquitectónica, urbanística e paisagística; etc.);
- Previsão do sistema nacional de informação do património cultural;
- Os co-proprietários vêem reforçados os seus direitos, nomeadamente no que toca ao direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados;

- Disposição, com a densidade necessária, sobre as bases aplicáveis à exportação, à importação e ao comércio de bens culturais;

- Definição rigorosa das atribuições do Estado, das regiões autónomas e das autarquias, decretando-se providências especiais de carácter organizatório;

- Reforço da tutela penal: deslocamento de um bem imóvel classificado (prisão até três anos ou pena de multa até 360 dias); destruição de vestígios (prisão até três anos ou pena de multa até 360 dias); exportação ou expedição de bem classificado (prisão até cinco anos ou pena de multa até 600 dias).

- Instituição de uma tutela contra-ordenacional nos seguintes moldes:

- Contra-ordenações especialmente graves: coimas de 500 a cinco mil contos (pessoas singulares) e de cinco mil a 100 mil contos (pessoas colectivas);

- Contra-ordenações graves: coimas de 350 a 3.500 contos (pessoas singulares) e de 3.500 a 20 mil contos (pessoas colectivas);

- Contra-ordenações simples: coimas de

100 a 500 contos (pessoas singulares) e de 500 a cinco mil contos (pessoas colectivas).

Regime fiscal

O Governo aprovou, ainda na reunião de Conselho de Ministros da passada quinta-feira, uma proposta de lei que estabelece o regime fiscal do património cultural.

Este regime aplica-se aos bens classificados e inventariados nos termos da Lei de Bases do Património Cultural que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Estabelecem-se benefícios em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, contribuição autárquica, imposto municipal de sisa e imposto sobre as sucessões e doações e imposto de selo.

Prevê-se que possam ser considerados custos ou perdas, para efeitos de IRC, e deduzidas à colecta, para efeitos de IRS, as despesas relativas a manutenção, a conservação e a valorização de bens móveis e imóveis classificados.

Permite-se ainda a possibilidade de dedução dos encargos com a criação de museus ou a constituição e instalação de fundos ou colecções visitáveis, bem como a pesquisa, formação, recuperação e restauro, desde que os bens envolvidos estejam classificados e desde que haja sido celebrado um acordo com a competente administração do património cultural do estado e das regiões autónomas.

Em sede de impostos sobre o património, isentam-se de contribuição autárquica os bens imóveis classificados como de interesse nacional, de interesse público e de interesse regional e as respectivas aquisições de imposto municipal de sisa. As transmissões de bens imóveis e móveis classificados estão isentas do imposto do selo e de imposto sobre as sucessões e doações, estendendo-se esta última isenção aos bens móveis inventariados.

BASE AÉREA DE BEJA SERVIRÁ CIVIS

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 25, um decreto-lei que cria a Sociedade EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA.

Este diploma vem criar o enquadramento legal necessário à promoção da utilização da Base Aérea de Beja para fins civis, a nível do transporte aéreo e de outras actividades relacionadas com a aviação civil, e à implementação das infra-estruturas necessárias para essa utilização.

O diploma tem por base os estudos e relatórios do grupo de trabalho criado, em Maio de 1999, por despacho conjunto dos Ministérios da Defesa Nacional, das Finanças, do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Economia, que apontam no sentido de considerar a utilização civil da Base Aérea de Beja um projecto viável, fundamental para o desenvolvimento da região, importando, para tal, criar desde já um quadro genérico que, definindo as

grandes opções e balizando o caminho a seguir, não estrangule o desenvolvimento prático e concreto de um processo ainda em embrião e, por isso, de contornos só progressivamente definíveis.

Opta-se, em consequência, por atribuir a promoção da utilização da Base Aérea de Beja para fins civis, nos termos atrás referidos, a uma sociedade anónima, fixando-se as condições que a sociedade deve preencher inerentes à consecução desse objectivo, bem como os meios que

garantam o cumprimento dos fins em vista. Para tanto, comete-se à sociedade a especial incumbência de promover o projecto e de propor os instrumentos adequados à reserva das áreas necessárias à viabilização do mesmo.

Prevê-se igualmente a possibilidade de à referida sociedade ser atribuída a concessão da exploração da Base Aérea de Beja para fins civis, nos termos que vierem a ser definidos nas bases da referida concessão, a aprovar por decreto-lei.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O secretário de Estado da Administração Local anunciou, no dia 25, em Vila Real, que o Governo socialista pretende investir 12 milhões de contos nos próximos quatro anos, na realização de pequenas obras promovidas por instituições privadas de interesse público.



José Augusto Carvalho, que presidia à celebração de 11 protocolos, com instituições do distrito, referiu que os Trabalhos de Natureza Simples (TNS) são empreendimentos pequenos em termos de volume financeiro, mas importantes a nível de valor global de investimento.

«Nos últimos quatro anos investimos 12 milhões de contos (60 milhões de euros) do orçamento de Estado nos programas TNS, que foram distribuídos por mais de duas mil instituições, medida esta que é para prosseguir nos próximos quatro anos», acrescentou.

Segundo referiu o governante «através dos protocolos TNS são comparticipadas até seis mil contos (30 mil euros), obras com um orçamento não superior a dez mil contos (50 mil euros), promovidas por associações de natureza cultural, recreativa e desportiva e instituições religiosas».

José Augusto Carvalho afirmou que a verba financiada é pequena, mas se o seu valor subir, o número de instituições contempladas será menor.

Os 11 protocolos assinados quinta-feira envolvem uma comparticipação global do Estado de 54 mil contos (270 mil euros) e inserem-se no Programa de Equipamento Associativo e Religioso, criado no âmbito da Secretaria de Estado da Administração Local.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura inaugurou quinta-feira o certame «Cuba Leader 2000», uma feira dedicada ao mundo rural e que Capoulas Santos considerou ser importante para «divulgar as potencialidades que existem na região».

O governante explicou que o desenvolvimento rural, uma das «grandes apostas da actual política agrícola», não passa apenas pela agricultura e que existe todo um conjunto de especificidades que devem ser apoiadas.

«Há um conjunto de actividades e pessoas que estão ligadas ao campo e nele

trabalham que são portadoras de saberes e conhecimentos das quais temos de tirar partido», defendeu, acrescentando que o programa comunitário Leader é um importante instrumento dessa vontade.

«O Leader visa dar apoios financeiros para que as pessoas e entidades possam desenvolver iniciativas que melhorem as suas vidas», sendo esta feira, em Cuba, uma oportunidade para «divulgar esses apoios», disse.

«Muitas vezes muitas dessas iniciativas acabam por não ser utilizadas porque as pessoas as desconhecem», sublinhou, explicando que as verbas inscritas no Leader «nos últimos quatro anos quase que duplicaram» e que o volume financeiro do programa vai sofrer «acréscimo de cerca de 30 por cento no próximo Quadro Comunitário de Apoio».

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Estado deve funcionar apenas como regulador dos estudos de mercado e de opinião, defendeu, no dia 30, o secretário de Estado da Comunicação Social, considerando o sector de «extrema importância para a tomada de decisões».

Arons de Carvalho – que falava terça-feira na abertura do seminário «A Odisseia da Comunicação», realizado no Estoril – reafirmou a intenção de não criar um instituto público para o sector dos estudos de mercado e de opinião, como já foi proposto por alguns sectores da sociedade portuguesa.

Em relação ao futuro da comunicação social na sociedade portuguesa, preconizou que vai sofrer «um forte impacto», no sentido de se tornar muito mais complexo, devido à introdução das novas tecnologias.

Além da presença actual da Internet como meio de comunicação, o desenvolvimento da rádio digital a curto prazo e a introdução da televisão digital em 2002 em Portugal vão ter um forte impacto no sector da comunicação social», sublinhou ainda Arons de Carvalho.

«O desenvolvimento da rádio digital vai incidir sobretudo numa melhoria da qualidade do som», referiu, adiantando que, em relação à introdução da televisão digital, a melhoria vai incidir sobretudo na hipótese de aumentar para 24 o número de canais e de permitir a existência da televisão interactiva.

Devido ao previsível aumento da complexidade no sector da comunicação devido às referidas mudanças, Arons de Carvalho sublinhou a necessidade de um «grande estudo e reflexão».

Além da rádio como veículo de comunicação publicitária, o seminário «A Odisseia da Comunicação», promovido pela Apodemo (Associação Portuguesa de Empresas de Estudos de Mercado e Opinião), inclui intervenções e debates sobre a televisão, a Imprensa e a Internet.

DESENVOLVIMENTO RURAL

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural salientou, no dia 26, em Oliveira de Frades, a forma como «Portugal conseguiu a auto-suficiência» no sector da avicultura. Falando na cerimónia de abertura do 1º

Festival Nacional do Frango, Vítor Barros referiu ainda que o País «está neste momento entre os melhores e tecnologicamente mais bem apetrechados da Europa» na produção de aves.

Recorde-se que Portugal produz actualmente entre 16 e 18 milhões de frangos por mês.



O governante lembrou que a avicultura é uma actividade importante na economia nacional e que pode ter um papel de relevo no estancar do êxodo populacional do interior para o litoral, realçando que «o País tem de ter soluções diferentes para as suas várias regiões».

Lembrou ainda que o Executivo socialista está apostado em proporcionar apoios aos pequenos agricultores, criando para isso uma linha de crédito «à medida das suas necessidades».

No I Festival Nacional do Frango que começou sexta-feira, em Oliveira de Frades, distrito de Viseu, o prato forte foi reservado para sábado, quando a organização tentou entrar no livro de recordes «Guinness» com a maior canja do mundo, para a qual já estão preparadas mais de cem «galinhas gordas», 70 quilos de massa e dezenas de tachos.

ECONOMIA

O ministro das Finanças e da Economia garantiu sexta-feira, em Lisboa, que vai haver uma «significativa redução da taxa de crescimento da despesa pública» já no Orçamento de Estado (OE) para o próximo ano.

Pina Moura falava na cerimónia de tomada de posse dos conselhos directivos do Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) e da Administração Geral Tributária (AGT), e do Provedor do Contribuinte.

O governante prometeu também que os ganhos de eficiência fiscal vão ser utilizados, a partir de agora, para reduzir a carga fiscal sobre os «contribuintes cumpridores», em vez de alimentar o crescimento da despesa pública.

O ministro sustenta que é impossível continuar a basear o esforço de consolidação das contas do Estado no crescimento das receitas fiscais, pelo que, é necessário cortar na despesa pública, com especial incidência na «despesa corrente primária», de modo a equilibrar o orçamento e chegar ao ambicionado défice zero.

No discurso que fez durante a tomada de

posse, o ministro avisou que haverá uma «intensificação crescente» na «prosecução da luta contra a evasão e fraude fiscais». «É injusto e imoral que a empresa não cumpridora das suas obrigações fiscais consiga, à custa disso, conquistar quotas de mercado às empresas cumpridoras», disse.

EDUCAÇÃO

As provas de aferição do 4º ano de escolaridade são «indispensáveis» para tomar «as medidas necessárias para que Portugal tenha um ensino de qualidade», afirmou, no dia 26, no Porto, o ministro da Educação.



Guilherme d'Oliveira Martins disse que é «o sistema que está em causa, mas a partir do envolvimento de todos os alunos e escolas».

«Não se trata de fazer uma mera amostragem, mas de realizar uma avaliação universal ao sistema», sublinhou o governante, acrescentando que os resultados das provas serão transmitidos aos professores e educadores no início do ano lectivo 2000/2001.

A intenção do Ministério da Educação é «conhecer exactamente como funcionam as escolas portuguesas, como é que os alunos atingem os seus objectivos e como é que os professores e educadores realizam a sua tarefa».

«Os testes permitirão conhecer quais as escolas que atingiram os objectivos e quais as que tem carências», referiu o ministro, acrescentando que os resultados alcançados serão «tratados» pelo Ministério da Educação.

Oliveira Martins falava à margem das III Jornadas de Relações Internacionais da Universidade Lusíada, onde proferiu uma intervenção sobre «Portugal/Brasil da Língua à Educação».

IGUALDADE

A ministra para a Igualdade, Maria de Belém, assegurou sexta-feira, em Felgueiras, o seu apoio ao processo de certificação dos bordados daquele concelho.

A governante, que falava na cerimónia de inauguração da Casa do Risco de Airões – uma associação que tem ajudado a manter aquela actividade artesanal –, prometeu interceder junto dos diversos sectores para acelerar o processo de certificação da

PELO PAÍS

Governação Aberta

marca «Bordados de Felgueiras». «Serei uma promotora pública da qualidade do vosso trabalho», disse Maria de Belém às bordadeiras de Felgueiras.

A ministra esteve em Felgueiras acompanhada pelos secretários de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, e da Defesa do Consumidor, Acácio Barreiros. A instalação da Casa do Risco de Airões custou cerca de 45 mil contos (225 mil euros), montante que foi financiado pelo programa Leader, e resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Felgueiras, a Comissão Fabriqueira daquela freguesia e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

A associação formou já algumas dezenas de bordadeiras, decorrendo actualmente mais um curso com uma frequência estimada em seis dezenas de formandos. Foi também criado um Gabinete de Apoio à Bordadeira, financiado pelo programa Leader II, com o objectivo de ajudar as bordadeiras do concelho na organização e planificação daquela actividade artesanal.

JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, apelou aos jovens luso-descendentes para «continuarem a ser um grupo de amigos, orgulhosos das suas origens lusas com Portugal no coração».



O apelo do governante surgiu no sábado, dia 27, no Governo Civil do Porto, durante a sessão de encerramento do segundo Encontro de Jovens Luso-descendentes que ao longo de uma semana reuniu cerca de 80 filhos de emigrantes residentes em 17 países.

O responsável pela pasta da Juventude reafirmou a criação, no final do Verão, de um consultório on-line que tem por objectivo apoiar os jovens luso-descendentes na resolução de problemas concretos em Portugal.

Segundo Miguel Fontes, através deste consultório, disponível na Internet, os jovens vão ter possibilidade de colocar questões e problemas relacionados com o ensino. Considerando que a iniciativa foi «um êxito», o secretário de Estado enalteceu o empenho e entusiasmo demonstrado pelos jovens ao longo da semana.

«Apesar do encontro terminar hoje em Portugal, deve continuar nos países de acolhimento através de uma participação

activa», frisou, sugerindo aos jovens que divulguem o Portugal moderno e evoluído aos seus colegas luso-descendentes e compatriotas que há muito deixaram o seu país natal.

Os jovens luso-descendentes fizeram ainda um balanço do encontro tendo, realçado a qualidade da iniciativa e dos debates.

Manifestando o seu orgulho por Portugal, salientaram ainda que este encontro reuniu jovens residentes em sítios diferentes e longínquos, mas todos a pensarem e sentirem Portugal da mesma forma.

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, garantiu, no dia 25, em Portimão, que o aprofundamento do diálogo, desenvolvimento e estabilidade no Mediterrâneo é uma das prioridades da política externa portuguesa.

Falando na sessão de abertura da XI Assembleia Plenária da Comissão Intermediterrânica da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) da Europa, a governante sublinhou que a Europa do Sul é a placa central para onde tem de passar todo o esforço para o desenvolvimento e estabilidade mediterrânica.

Reconhecendo que existem inúmeros obstáculos a ultrapassar, desde diferenças culturais, políticas, linguísticas e económicas, Elisa Ferreira sublinhou a necessidade de criação de condições para que toda a zona do Mediterrâneo não fique excluída do processo de desenvolvimento da Europa.

Na sua intervenção, a governante considerou que o encontro de cooperação intermediterrânica surge num momento oportuno dos trabalhos de preparação do que falta para arrancar globalmente com a utilização dos fundos estruturais e no que respeita às iniciativas comunitárias.

Fazendo o ponto de situação que a Presidência Portuguesa na União Europeia faz dos trabalhos em curso nesta matéria, alguns dos quais ligados directamente com os da CRPM, Elisa Ferreira garantiu que a curto prazo vai iniciar-se a elaboração dos programas operacionais correspondentes às novas iniciativas comunitárias.

Depois de referir que as orientações às iniciativas comunitárias Interreg, Equal, Leader e Urban foram aprovadas há poucos dias pela Comissão Europeia, a ministra frisou a importância atribuída às políticas territoriais.

«O Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) foi aprovado na Reunião Informal de Ministros de Desenvolvimento Espacial, de Potsdam, e posteriormente, em Tampere, foi aprovado o novo Programa de Acção do EDEC para 1999/2003», referiu.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, acusou «a direita» de usar os pobres «ou como uma couteada eleitoral para fins populistas ou como pretextos para ataques políticos e sociais».

Ferro Rodrigues reagiu, na passada sexta-feira, dia 26, em Viana do Castelo, às

críticas que alguns elementos do PSD, como Durão Barroso e Cavaco Silva, têm feito, nos últimos dias, ao Rendimento Mínimo Garantido (RMG), nomeadamente classificando este programa como «um desincentivo à procura de emprego».

«Estas críticas não são novas, são de sempre, o PSD votou contra o RMG, que é uma medida de combate à exclusão social, o que só comprova que o PSD não está interessado neste combate», sublinhou Ferro Rodrigues, lembrando que a maioria dos beneficiários do RMG, se não fosse este apoio, estaria numa situação «de profunda miséria».

Quanto às afirmações do PSD de que o RMG «dá lugar a muitas fraudes», o titular da pasta do Trabalho assegurou que o nível da fraude em relação a este programa é inferior ao das outras prestações da Segurança Social.

«Mas não vejo a mesma preocupação no PSD em relação à fraude e à fuga ao fisco praticadas por outros sectores da sociedade portuguesa», criticou.

Ferro Rodrigues falava à margem da



cerimónia de inauguração da segunda fase da sede da Associação Cultural e de Educação Popular da Meadela, que significou um investimento de cerca de cem mil contos, financiado por fundos comunitários, pelo Ministério da Solidariedade e pela Segurança Social.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 25 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural;
- Uma proposta de lei que estabelece o regime fiscal do Património Cultural;
- Um decreto-lei que cria a Sociedade EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA;
- Um decreto-lei que cria a Comissão Nacional da Família;
- Um decreto-lei que aprova o regime sancionatório dos limites dos tempos de voo e de repouso do pessoal navegante;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece normas relativas à organização e exploração dos concursos de apostas mútuas denominados «Totobola» e «Totoloto»;
- Um decreto-lei que aprova o regulamento que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução das intervenções apoiadas pelo Fundo de Coesão em Portugal;
- Um decreto-lei que estabelece as normas de execução do orçamento da Segurança Social para 2000;
- Um decreto-lei que altera o Estatuto dos Funcionários de Justiça;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica do Ministério do Planeamento;
- Um decreto-lei que estabelece as características técnicas a observar pelo dispositivo de retenção para os passageiros, pelo dispositivo de protecção contra a utilização não autorizada, pelas inscrições regulamentares e pela localização, para efeitos de montagem da chapa de matrícula da retaguarda, dos veículos a motor de duas ou três rodas, visando a harmonização do processo de homologação comunitária dos referidos veículos;
- Um diploma que altera o artigo 2º do decreto-lei que estabelece o regime geral da Junta Consultiva de Provedores;
- Um decreto regulamentar que estabelece os requisitos e condições relativos à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos, bem como as condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo que adapta os aspectos institucionais do acordo europeu que cria uma associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República Checa, por outro, a fim de ter em conta a adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia;
- Um decreto que aprova o acordo entre Portugal e Cuba sobre a cooperação cultural, assinado em Havana, em 8 de Julho de 1998;
- Um decreto que aprova o acordo entre Portugal e o Paraguai sobre cooperação nos domínios da educação, da ciência, da cultura, da juventude e do desporto, assinado em Lisboa, em 25 de Novembro de 1999;
- Uma resolução que ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Vila do Conde e as medidas preventivas para a mesma área.

DEPUTADO MANUEL ALEGRE

Co-incineração

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA QUESTÃO NACIONAL



O deputado socialista eleito pelo círculo de Coimbra Manuel Alegre denunciou, no dia 25, no Parlamento, que é um contra-senso queimar resíduos industriais perigosos numa cidade que não os produz e que, segundo estudos recentes, tem a melhor qualidade de vida do País. «É ilógico pretender fazer de Coimbra a capital da saúde e escolher Souselas para queimar resíduos perigosos», alegou o parlamentar do PS, durante a sessão

plenária em que se debateu a questão da co-incineração.

Na opinião do camarada Alegre, «falta uma solução nacional», pois, segundo explicou, está a ser criado um problema adicional, explicitando que «a decisão tomada é que é localista», uma vez que «sobrepõe interesses particulares ao interesse geral». Questionando a localização e o tempo da construção da Unidade de Pré-Tratamento sem a qual, afirmou, «não pode haver co-incineração», Manuel Alegre aproveitou para dizer que a Comissão criada para dar parecer sobre cada uma das modalidades

de tratamento de resíduos industriais perigosos não cumpriu a tarefa para a qual for a constituída.

«A Comissão não pode garantir que os custos para a saúde pública sejam nulos. Fala em risco socialmente aceitável. Diz que «esta decisão é social, não bio-médica», lembrou, salientando que «a questão essencial, a da saúde pública, fica por esclarecer».

Afinal, perguntou, «o que é um risco aceitável, quem o define, como se mede?», questionou, inquirindo ainda: Com estes dados, como é que se pode ter uma

posição tão rígida?».

Interpelando directamente o titular da pasta do Ambiente, José Sócrates, o parlamentar do GP/PS defendeu que, «em vez de medidas avulsas, Portugal precisa de uma estratégia nacional de resíduos industriais solidariamente implantada em todo o País».

«Os deputados socialista de Coimbra, em coerência, sejam quais forem as consequências, estão a fazer o que devem: defender a população que os elegeu e honrar a sua palavra», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO CARLOS ZORRINHO

Ensino superior

PÔR TERMO A UMA LÓGICA FRAGMENTÁRIA CASUÍSTICA E IMEDIATISTA



O deputado da bancada do PS Carlos Zorrinho afirmou no dia 18, no Parlamento, que «para a Europa e para Portugal em particular, a educação constitui também uma ferramenta decisiva para proteger e salvaguardar os valores em que se fundamenta o modelo social europeu, hoje por hoje o mais avançado e solidário modelo social à escala planetária». Carlos Zorrinho, que falava durante a discussão da proposta de lei do Governo de organização e ordenamento do ensino superior, saudou «o esforço de regulação e reforma que o actual Governo tem vindo

a empreender em todos os níveis de formação e qualificação, e que no domínio do ensino superior encontra na proposta de lei em discussão um alicerce metodológico, forte, credível e justo».

O deputado do GP/PS criticou a postura de alguma oposição de direita numa lógica de bota-abaixo sempre pronta a «uma crítica rotunda, seja pelo que se propõe ou pelo que se deveria propor, por acção ou omissão, por velocidade ou lentidão, por falta ou por excesso de concertação estratégica».

Saudou os projectos de lei complementares apresentados pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, ressaltando, no entanto, que ambos os diplomas «denotam

um profundo voluntarismo e alguma derrapagem para o terreno da demagogia». Segundo Zorrinho, a proposta de lei do Governo contém um conjunto relevante de inovações, tais como, entre outras, «assume uma filosofia de regulação unitária e congruente de todo o sistema de ensino superior»; «propõe o aprofundamento e a estabilização da natureza plural do sistema de ensino superior»; «estabelece que a iniciativa pública deve satisfazer as exigências de coerência e complementaridade que são inerentes ao conceito de rede pública»; «considera que a iniciativa privada partilha os mesmos requisitos de qualidade»; e «define que os requisitos gerais para a criação e

funcionamento de um estabelecimento de ensino superior são os que garantam a existência de condições infra-estruturais adequadas, um programa educativo sólido, um corpo docente próprio e qualificado, gestão democrática e sustentabilidade científica, pedagógica e institucional».

O deputado do GP/PS recordou as palavras do ministro da Educação ao apresentar na AR a proposta de lei, ao afirmar então que o objectivo fundamental do diploma era «pôr termo a uma lógica fragmentária, casuística e imediatista, ligando formação superior e necessida-des de desenvolvimento».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO BALTAZAR MENDES

Corridas com touros de morte

VIOLAÇÃO DA LEI DEIXA DE SER CRIME PUNÍVEL COM PRISÃO



«A violação da norma legal que proíbe a realização de corridas com touros de morte em Portugal continuará a constituir um facto ilícito, mas integrando um novo tipo de ilícito – a contra-ordenação - caracterizada pela circunstância de a ilicitude formal não ter por fundamento a ilicitude material como no direito penal clássico, mas pelo facto de o fundamento da punição ser encontrado na ilicitude formal e no tipo de sanção que

corresponde a esse ilícito – a coima», afirmou na AR o deputado do PS Nuno Baltazar Mendes.

Governo deve fixar montante das coimas

O deputado da bancada do PS falava durante a discussão no hemiciclo de São Bento de uma proposta de lei do Governo que visa descriminalizar a realização de touradas de morte, as quais passarão a ser sancionadas pecuniariamente, através de coimas.

Segundo sublinhou Nuno Baltazar Mendes, com a proposta de lei apresentada pelo Executivo socialista, «mantém-se a proibição da realização de corridas com touros de morte, deixando, contudo, a sua realização e, consequentemente, a violação da lei de ser considerada um crime punível com pena de prisão».

Recordou, a propósito, que «o Direito comporta hoje, felizmente, soluções mais amplas que aquelas conseguidas no princípio do século».

Quanto à fixação do montante das futuras

coimas, o deputado do PS disse que esta matéria suscita, naturalmente, «posições divergentes», defendendo que «não deve ser a Assembleia da República a fixar tais montantes, uma vez operada a descriminalização».

Na sua opinião, «o Governo tem plena competência, nos termos constitucionais, para fixar as coimas, sem necessidade de autorização parlamentar, pelo que sempre o poderá e deverá fazer através de decreto-lei».

J. C. CASTELO BRANCO

ÉVORA

Agricultura

CAPOULAS SANTOS ADMITE NOVA REFORMA DA PAC «PASSO A PASSO»

O presidente em exercício do Conselho Agrícola da União Europeia (UE), Capoulas Santos, admitiu no dia 29, em Évora, que, nas circunstâncias actuais, é possível pensar numa nova reforma da Política Agrícola Comum (PAC). Capoulas Santos referiu a perspectiva de alargamento da UE, as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio e as questões da segurança alimentar como novos dados a ter em conta pela PAC, mas advertiu que será necessário caminhar «passo a passo», uma vez que a última reforma foi há cerca de um ano. O ministro português da Agricultura falava, no Palácio D. Manuel, em Évora, depois de receber os representantes das organizações



de agricultores que se manifestaram em Évora aproveitando a reunião informal dos ministros da Agricultura que começou domingo e terminou terça-feira. Na reunião, Capoulas Santos recordou aos

agricultores (CNA - Confederação Nacional de Agricultura - e COAG - Coordenadora das Organizações de Agricultores e Criadores de Gado de Espanha) que foi o único ministro que se bateu contra a mais recente reforma da PAC.

«Há, naturalmente, divergências entre os Quinze, mas para os países do Sul há uma questão comum - a PAC foi configurada pelos países do Centro e do Norte da Europa», disse.

Durante as visitas guiadas realizadas na manhã do dia 29 ao Alqueva e a uma exploração agrícola em Reguengos de Monsaraz, o ministro português procurou sensibilizar os seus homólogos e o comissário do sector, Franz Fischler, para as especificidades da agricultura alentejana.

Na ocasião ficou clara uma união de interesses entre Portugal e Espanha.

«A questão dos frutos está resolvida em Portugal até 2005, mas é um problema por tratar no que se refere aos nossos amigos espanhóis», recordou Capoulas Santos, salientando que a agricultura dos países do Sul não pode competir quando a discussão se centra em torno da quantidade.

Na reunião com Capoulas Santos, os agricultores, pela voz de Armando Carvalho, da direcção da CNA, manifestaram preocupações pela possibilidade de o alargamento da UE ao Leste não ser acompanhado por nova reforma da PAC e apoiou o sistema de modulação aos apoios comunitários no sentido de canalizar mais ajudas para os pequenos

EURODEPUTADOS SOCIALISTAS

Encontro-debate

SEGURO ANALISA FUTURO DA UE

L eiria foi palco no passado dia 26 de um encontro-debate sobre «O futuro da União Europeia», organizado pela delegação dos deputados socialistas portugueses no Parlamento Europeu (PE), que teve por objectivo fomentar a discussão acerca de algumas questões importantes para o futuro da UE.

Inserido no âmbito da iniciativa Clube PS/Europa, o encontro-debate que decorreu num restaurante de Leiria contou com a

presença dos eurodeputados António José Seguro, Elisa Damião e Carlos Candal, bem como de diversas personalidades da vida política, empresarial, cultural e académica.

Relatório de Elisa Damião aprovado no PE

Os eurodeputados socialistas portugueses continuam a sua intensa actividade no PE, contribuindo para a construção de uma Europa assente nos valores humanistas e

de justiça social.

Neste contexto, de salientar a aprovação no dia 23 de um relatório da eurodeputada socialista Elisa Damião que visa a implementação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no local de trabalho. O relatório foi aprovado favoravelmente por uma larga maioria dos membros da Comissão Parlamentar, com algumas emendas que reforçam as posições da

relatora Elisa Damião sobre esta matéria.

As Comissões Parlamentares das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos e do Controlo Orçamental votaram também, respectivamente, um relatório de Sérgio Sousa Pinto sobre o alargamento das competências do Observatório europeu da Droga e da Toxicod dependência, e um outro, da autoria de Paulo Casaca, sobre um sistema integrado de gestão e controlo, relativo a esquemas comunitários de ajuda comunitária no domínio da PAC. J. C. B.

BRUXELAS

Justiça

REAGRUPAMENTO FAMILIAR DIVIDE MINISTROS DOS QUINZE

O designado reagrupamento familiar, a possibilidade de imigrantes legalmente estabelecidos na Europa poderem chamar para junto de si os seus familiares directos, voltou no dia 29 a dividir os ministros da Justiça e Assuntos Internos dos Quinze.

Esta foi uma das questões mais controversas da reunião dos ministros da Justiça e Administração Interna europeus. Alguns países como a Alemanha, a Áustria e a Itália (todos com uma forte presença de imigrantes elegíveis por esta medida), manifestaram a sua relutância em abrir uma possibilidade que não seria vista com bons olhos por uma percentagem significativa das respectivas opiniões públicas nacionais.

No conselho do dia 29, os ministros apenas

concordaram que «é preciso chegar a alguma conclusão ainda este ano», até ao final da presidência francesa da União Europeia.

Este debate foi acompanhado com especial atenção por António Vitorino, já que esta é uma das questões inscritas no painel de avaliação («scoreboard») que apresentou aos ministros dos Quinze e no qual são listadas as medidas na área da Justiça e Assuntos Internos a ser aprovadas nos próximos anos para a concretização de um espaço de liberdade, segurança e justiça europeu.

Para facilitar a adopção daquela medida pelos Quinze e para conferir coerência metodológica às iniciativas consagradas no painel de avaliação, a Comissão adoptou, porém, a estratégia de apresentar a reunificação familiar

juntamente com outras duas que foram também analisadas pelos ministros da Justiça e Assuntos Internos.

Trata-se do fundo europeu para os refugiados, cuja criação com um montante inicial de 10 milhões de euros (dois milhões de contos) foi aprovada, e da directiva que estabelece regras comuns para os Estados-membros sobre protecção temporária de refugiados.

Como realçou o comissário com a tutela da Justiça e Assuntos Internos, «a União não pode estar desarmada ante a possibilidade de surgirem novos kosovos». Mas na reunião do dia 29, que António Costa destacou por não se ter limitado «à retórica sobre o espaço de liberdade, segurança e justiça», os ministros da Justiça e Assuntos Internos dos Quinze chegaram a acordo sobre diversas

questões e ainda assinaram uma convenção sobre assistência mútua em matérias criminais.

Entre elas, foi aprovada decisão sobre combate à contrafação da moeda única europeia, o euro, sobre meios alternativos de resolução de litígios (de consumo, familiares ou laborais), sobre notificação de actos judiciais, por forma a que a celeridade de processos que decorrem simultaneamente em diversos Estados-membros não seja prejudicada pelo facto de existirem quinze ordens jurídicas diferentes na União.

Na área dos Assuntos Internos, como referiu o ministro português da tutela, Fernando Gomes, a presidência portuguesa da União obteve o acordo da França, Suécia e Bélgica para a criação de um Colégio Europeu de Polícia.

BERLIM

Social-democracia

GUTERRES DISCURSA NA CONFERÊNCIA «GOVERNO MODERNO NO SÉCULO XXI»

António Guterres participa amanhã e sábado, em Berlim, na conferência internacional sobre «Governo moderno no século XXI», que junta os principais líderes mundiais do centro-esquerda liberal e do socialismo, ou social-democracia clássica. Em Berlim, será a segunda vez que o primeiro-ministro português participa neste tipo de cimeiras, que têm como objectivo principal promover uma reflexão sobre os caminhos políticos e ideológicos dos movimentos de esquerda.

Na cidade italiana de Florença, em Novembro passado, António Guterres foi o convidado de honra da conferência, que juntou os presidentes dos Estados Unidos (Bill Clinton), do Brasil (Fernando Henrique Cardoso) e da Comissão Europeia (Romano Prodi), além dos primeiros-ministros da Grã-Bretanha (Tony Blair), Alemanha (Gerard Schroeder), Itália (Massimo d'Alema) e França (Lionel Jospin).

Como principal diferença em relação ao modelo de organização da conferência de Florença, a cimeira de Berlim será agora alargada a um maior número de chefes de Estado e de Governo.

Estão também previstas as presenças dos presidentes do Chile (Ricardo Lagos), da África do Sul (Thabo Mbeki) e da Argentina



(Fernando de la Rúa, bem como dos primeiros-ministros de Israel (Ehud Barak), do Canadá (Jean Chrétien), Nova Zelândia (Helen Clark), da Holanda (Wim Kok) da Suécia (Goran Persson) e da Grécia (Costas Simitis).

Outra diferença entre as conferências de Florença e de Berlim, é que esta última terá um período de debate menor, sendo também fechada à imprensa, que apenas terá acesso à sessão de abertura e a um

comunicado final da reunião.

Em Florença, pelo contrário, o debate prolongou-se por quase sete horas e foi sempre travado na presença dos jornalistas, o que permitiu tornar evidentes as profundas diferenças de perspectivas entre os líderes de centro-esquerda liberal como Tony Blair e Gerhard Schroeder que sob a noção vaga de «progressismo», «terceira via» e de «centrismo», e com o apoio de Bill Clinton, preconizam uma estratégia de aproximação ao liberalismo e de diluição da identidade socialista e social-democrata, e a corrente de esquerda socialista, ou social-democrata clássica, de Lionel Jospin.

Assim, enquanto Lionel Jospin e Fernando Henrique Cardoso (num sobressalto de esquerdista) se distinguiram pelas duras críticas «à ditadura dos mercados financeiros», Bill Clinton e Tony Blair, muito liberais e pós-modernos e quase aceitando implicitamente o mercado como pilar da ordem universal, apresentaram-se menos entusiasmados com a defesa de teses de que os Estados deverão intervir para regular uma economia globalizada à escala mundial.

Como alternativa, tanto o presidente norte-americano, como o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, preferiram sublinhar a importância da aposta na educação como

factor decisivo na correcção das desigualdades sociais.

Resistir à mundialização neoliberal americanizada

Colocada de parte, pelo menos a prazo, a possibilidade de o Partido Democrático norte-americano aderir à Internacional Socialista, o que, sublinhe-se, não faria qualquer sentido como denunciaram grandes personalidades do socialismo democrático, dado que transformaria a IS numa espécie de albergue espanhol sem ideologia, estas cimeiras são a única plataforma de diálogo político entre a corrente de centro-esquerda liberal e a corrente socialista, ou social-democrata clássica, que, fiel a valores renovados e sempre actuais, resiste política e ideologicamente à mundialização neoliberal americanizada, responsável pelo aumento exponencial das desigualdades entre países e cidadãos.

Ao contrário do que aconteceu em Florença, em Berlim, o primeiro-ministro português vai discursar.

A intervenção do camarada António Guterres é aguardada com grande expectativa, tanto pela corrente social-democrata, como pela corrente liberal, adepta da «Terceira Via».

TIMOR-LESTE

Reconstrução

QUASE 20 MIL TIMORENSES COM EMPREGOS TEMPORÁRIOS

Quase 20 mil timorenses estão já empregados em centenas de projectos de criação temporária de empregos nos 13 distritos de Timor-Leste.

A iniciativa com maior impacto, conhecida por Projectos Laboral Transitórios (TEP) empregou já mais de 14 mil timorenses, com os períodos de emprego a variar de acordo com o tipo de projecto em que estão envolvidos.

A outra iniciativa de criação de emprego é o Projecto de Impacto Imediato (QIP), centrando-se essencialmente na recuperação de infra-estruturas e da economia a nível distrital e subdistrital.

Mais de 1,35 milhões de dólares (cerca de 270 mil contos) foram já reservados para a implantação de quase 150 QIP, que empregaram já mais de 4400 timorenses e que estão a ser desenvolvidos por 46 agências internacionais e timorenses.

Entre os 143 projectos em curso, 11 são da responsabilidade da UNTAET e 44 do



Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) e da Organização da Mulher Timorense (OMT).

No final de Abril, o programa de TEP foi alargado de seis projectos pilotos - conduzidos em Aileu, Baucau, Ermera, Déli, Lautem e Liquiçá - para todos os restantes distritos, cada um dos quais recebeu já carregamentos de equipamento e materiais de construção. Incluindo no pacote de material enviado para os 13 distritos está igualmente um conjunto de equipamento desportivo, entre bolas de basquetebol e de voleibol e redes.

Espera-se que a quase totalidade dos TEP previstos para o território estejam implantados até ao início do próximo mês, cabendo a gestão de cada um dos projectos ao administrador distrital.

Cada comunidade local prepara um ou mais projectos de pequena dimensão, que são depois canalizados para a sede distrital de ONU onde será tomada, em

consulta com as autoridades locais, uma decisão final.

Depois de identificado o projecto, a administração local recruta os funcionários, identifica supervisores e faz os pagamentos, estando grande parte dos projectos a ser conduzidos com o apoio de ONG estabelecidas nos locais.

A título de exemplo, a ONG japonesa Peace Winds Japan (PJW) está a fornecer peritos técnicos para um TEP que se centra na construção de casas de reunião tradicionais.

Noutras zonas de Timor-Leste, firmas privadas ou elementos da força de paz da ONU fornecem peritos de engenharia que colaboram na recuperação de vias de acesso.

Abarcando desde a recuperação de estradas e de esgotos à limpeza de zonas públicas, os TEP incluem fabrico de móveis para escolas, a reabilitação de zonas de mercados e a construção de salas comunitárias.

COMPARTICIPAÇÃO TOTAL NOS MEDICAMENTOS PARA DOENÇAS CRÓNICAS

Enquanto a direita não se cansa, sub-repticiamente, de reivindicar uma menor intervenção do Estado na saúde, ou seja, a privatização gradual dos serviços de saúde, transformando a saúde num negócio, o Governo do PS continua a tomar medidas de grande alcance social nesta área, privilegiando os cidadãos de mais baixos recursos económicos ou que têm de suportar grandes despesas regulares com medicamentos.

Assim, neste contexto, o secretário de Estado da Saúde anunciou, em Vila do Conde, a comparticipação a cem por cento nos medicamentos destinados a doenças crónicas, designadamente a paramiloidose.

Manuel Boquinhas, que falava no dia 19, na sessão de abertura do V Encontro de Paramiloidose para técnicos de saúde, sublinhou o apoio na área dos medicamentos e nos meios técnicos que tem sido proporcionado aos doentes crónicos pelo Ministério da Saúde.

Para o secretário de Estado, a comparticipação irá «beneficiar muito os doentes com problemas económicos e que precisam de tomar medicamentos toda a vida».

Manuel Boquinhas reconheceu que a



anterior atribuição de apoios aos medicamentos se processava «de uma forma heterogénea e pouco harmoniosa, sem a aplicação de critérios correctos para

a sua distribuição».

Quanto ao caso da paramiloidose, salientou que o ministério tem duas áreas prioritárias: «Dar uma ajuda substancial aos

doentes com a criação de uma rede de cuidados continuados e de uma rede de fisioterapia que garanta apoio a todos os que tenham dificuldades de locomoção».

Atenção especial às doenças crónicas debilitantes

O secretário de Estado enfatizou «a atenção especial por parte do ministério às doenças crónicas debilitantes», justificando que «em dois anos, o orçamento para as ajudas técnicas foi de 1,5 milhões de contos, o que significa ter duplicado».

Manuel Boquinhas recebeu do presidente da Associação Portuguesa da Paramiloidose, Carlos Figueiras, um carta endereçada à ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, incluindo várias reivindicações para as quais prometeu desde logo «uma resposta breve».

Carlos Figueiras pediu um «maior envolvimento do Estado para as questões relacionadas com a paramiloidose», nomeadamente para «as novas necessidades da doença, como a revisão do carimbo de isenção dos medicamentos e da gratuidade das polivitaminas».

A paramiloidose, ou também chamada «doença dos pezinhos», é uma doença característica do Norte litoral, que se manifesta na idade adulta e se transmite geneticamente, atingindo actualmente cerca de seis mil pessoas, dos quais 1500 se localizam na Póvoa de Varzim.

CRESCIMENTO PORTUGUÊS ACELERA

As previsões da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico divulgadas no passado dia 30 revelam que a economia portuguesa vai acelerar este ano para um crescimento de 3,6 por cento e abrandar ligeiramente em 2001, para 3,4 por cento.

Nas previsões de Outubro de 1999, a OCDE apontava para um crescimento de 3,4 por cento em 2000 e 3,2 por cento em 2001, o que face aos números da passada Terça-feira corresponde a uma revisão em alta de 0,2 por cento.

A inflação, medida pelo deflator do consumo privado, poderá situar-se em 2,5 por cento este ano e em 2,6 por cento em 2001, segundo a OCDE.

As «Perspectivas Económicas da OCDE», divulgadas por esta organização, referem que a economia portuguesa entrou no seu sétimo ano de crescimento consecutivo, com todos os componentes da procura em forte expansão.

A OCDE assinala que a actividade económica foi dinamizada no final de 1999 por uma retoma das exportações, apoiada pelo vigor do investimento e do consumo, prevendo que este ano e no próximo a aceleração das exportações compense largamente o progressivo abrandamento da procura interna.

Admite que o défice da balança corrente possa agravar-se até 10 por cento do PIB este ano, por efeito de uma aceleração das importações e uma deterioração dos termos de troca (evolução dos preços das importações acima dos preços das exportações).

A OCDE considera que prevenir uma intensificação das pressões sobre os preços e os salários exige objectivos mais ambiciosos em matéria de saneamento das finanças públicas e uma aceleração das reformas estruturais.

Assinala que o forte aumento das receitas, devido à melhoria da cobrança de impostos e ao vigor da procura

PREVISÕES ECONÓMICAS DA OCDE

(taxas de crescimento, em percentagem)

	1998	1999	2000	2001
	(est.)	(prev.)		
Consumo privado	5,2	4,7	3,8	3,5
Consumo público	3,3	3,4	3,0	2,8
FBCF	9,5	6,5	6,3	6,0
Exportações (*)	9,3	5,0	9,0	8,9
Importações (*)	13,3	8,5	9,0	8,7
PIB	3,9	3,0	3,6	3,4

Inflação (**)	2,8	2,3	2,5	2,6
Taxa Desemprego	5,0	4,4	4,1	4,0
Défice Balança Corrente	-6,8	-8,9	-10,3	-10,5

(*) Exportações e importações de bens e serviços
(**) Deflator do consumo privado

Fonte: OCDE - Previsões Económicas Primavera 2000

interna, permitiu a redução do défice orçamental, apesar da importante derrapagem das despesas, sobretudo no sector da saúde.

A OCDE salienta que se prevê um aumento das taxas de juro e que os benefícios da luta contra a evasão fiscal tenderão provavelmente a diminuir.

Por isso, os objectivos do défice para 2000 (1,5 por cento do PIB) e 2001 (1,1 por cento do PIB) não deverão ser atingidos sem novas medidas orçamentais, sobretudo se as autoridades não conseguirem controlar o aumento rápido da massa salarial na função pública e a derrapagem das despesas de saúde e segurança social, afirma a OCDE.

A OCDE prevê que a taxa de desemprego estabilize nos 4,0 por cento até 2001, sendo as previsíveis perdas de emprego na construção e nas indústrias têxteis compensadas pela criação de emprego nos serviços.

MINISTRO EXPLICA REVISÃO CURRICULAR NA NET

A revisão curricular do ensino secundário, a aplicar em 2001/2002, foi explicada pelo ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, na Internet, em vésperas de a esclarecer no Parlamento e da semana de luto organizada pelos alunos do secundário.

Desde segunda-feira, dia 29 que os alunos do secundário levam a cabo uma semana de luto pela educação em que é pedida a suspensão da revisão curricular.

Na terça-feira, Oliveira Martins explicou, aos deputados da Comissão Parlamentar, na Assembleia da República, os fundamentos da revisão curricular.

Na página do Ministério da Educação, Oliveira Martins, justifica que a revisão curricular do ensino superior «vem dar resposta aos problemas mais graves do sistema», como é o caso do insucesso escolar no 10º ano e nos cursos tecnológicos, que «atingem valores preocupantes».

«Os planos de estudo dos cursos gerais e tecnológicos não se distinguem suficientemente, não explicitam



claramente aquilo que se pretende que os alunos aprendam e não valorizam a formação geral», adianta o governante para esclarecer «as bases da revisão curricular».

Oliveira Martins defende ainda a revisão porque, frisou, o «actual regime de avaliação é pesado, dificulta o normal desenvolvimento do ano lectivo e não se adequa às características e objectivos dos diferentes planos de estudo».

Com esta revisão curricular, o ministro pretende «melhor as condições de aprendizagens dos alunos, tornar mais claras e mais satisfatórias as escolhas por eles realizadas, garantir que cada curso ofereça uma formação adequada à sua natureza e permitir que as aprendizagens fundamentais sejam efectivamente realizadas pelos alunos».

Neste âmbito, Oliveira Martins explica que a «existência de um leque de opções mais aberto permite clarificar a natureza e a finalidade de cada curso, facilitando as escolhas individuais e a possibilidade de reorientação».

Quanto à carga horária semanal, o ministro

da Educação diz que ela não vai aumentar, pelo contrário «é reduzida em todos os cursos», dado que nenhum aluno terá mais de 30 horas semanais de actividades lectivas.

Oliveira Martins esclarece também que os 90 minutos de duração de cada aula não vai dificultar a aprendizagem dos alunos, porque «cada escola ou cada professor poderá dividir, quando necessário e pedagogicamente mais aconselhável, os tempos lectivos de 90 minutos em unidades de 45 minutos».

Com esta alteração, «os alunos passam a ter um menor número de disciplinas no mesmo dia e podem organizar melhor o seu trabalho», acrescenta o ministro.

Na Internet, o responsável pela Educação garante que os programas das disciplinas vão deixar de ser tão extensos, de forma a que «respeitem o tempo útil de aulas de cada disciplina».

«Os programas passarão a dar maior importância às competências e aos conhecimentos essenciais do que à quantidade de informação acumulada», explica.

BATALHA CONTRA EXCLUSÃO TRAVADA EM VÁRIAS FRENTES

A Secretaria de Estado da Juventude (SEJ) avançou, na passada semana, com duas iniciativas que vêm reforçar a estratégia de combate à exclusão social juvenil e de promoção, junto dos jovens, de formas de vida saudáveis.

Num parceria com o Instituto Português da Juventude (IPJ), a Secretaria promove o projecto do autocarro multimédia que, de norte a Sul de Portugal, deverá ocupar os tempos livres da juventude, afastando-a de actividades menos adequadas.

Assim, o «Clube Bus» arrancou na passada sexta-feira, dia 26, em Peniche, uma cidade com grandes problemas de exclusão.

O projecto visa incentivar a integração social de jovens desfavorecidos, bem como criar condições para uma melhoria nas condições de vida nas camadas populacionais mais novas, mediante o desenvolvimento de competências sociais, a prevenção de factores de marginalização e delinquência e a oferta de igualdade de oportunidades para todos os jovens.

Trata-se, pois, da constituição de um clube juvenil no espaço de um autocarro de dois andares, estrategicamente colocado junto de bairros habitacionais com carências, vítimas de exclusão.

Fora do «Clube Bus» será criado um espaço para actividades desportivas e lúdicas. Dentro desenvolver-se-ão salas de estudo para complemento educativo, ateliers de expressão, jogos educativos, acções de formação não formais, acesso à Internet e à informática.

Todas estas actividades serão enquadradas por profissionais e jovens animadores com uma meta: procurar criar motivos de interesse e de desenvolvimento pessoal nos tempos livres dos jovens.

A lógica, segundo o secretário de Estado da Juventude, é a de «dar a gestão destes projectos a associações juvenis locais», uma vez que estas entidades conhecem de perto os problemas que afectam as suas respectivas zonas, obtendo maior rentabilidade na luta contra a exclusão social.

Caravana da Amizade

No distrito de Leiria iniciou-se a «Caravana da Amizade» — o segundo projecto da SEJ. A ideia geral desta iniciativa na instalação de um espaço na zona desportiva ou de recreio de cada uma das 25 escolas do distrito.

Nesse espaço, os jovens poderão

participar num conjunto de actividades que passam por aeróbica, papagaios acrobáticos, jogo da glória com perguntas sobre sida e droga, tiro com arco, circuito BBT, entre outras.

No âmbito deste projecto será ainda distribuído material promocional, tudo para informar a juventude sobre os perigos que espreitam os desafios das sociedades modernas.

A «Caravana da Amizade» pretende servir de travão ao crescimento entre os jovens de doenças sexualmente transmissíveis (hepatites e sida), bem como prevenir a tuberculose, o alcoolismo e o tabagismo.

Dia Mundial Sem Tabaco

Foi também contra o consumo de tabaco que 53 delegados de 18 países, representantes da União Europeia e várias organizações internacionais não-governamentais, se reuniram, nos passados dias 26 e 27.

O encontro ficou marcado pela discussão acerca dos próximos reptos que a prevenção do tabagismo enfrentará, na Europa, no terceiro milénio.

Reconhecendo o apoio que o Ministério da Saúde português tem dado à prevenção

do tabagismo, os participantes solicitaram aos responsáveis europeus pela saúde e finanças uma tomada de posição na luta contra as consequências «devastadoras» do tabaco no Velho Continente.

Os objetivos propostos e reivindicados passam pela aprovação da proposta de directiva relativa ao fabrico, apresentação e venda de produtos de tabaco em 2000; aumento dos Programas de Prevenção Tabágica; estabelecimento de medidas adequadas para a protecção dos não fumadores; apoio à Convenção Mundial para o Controlo do Tabagismo; e aumento dos impostos sobre o tabaco.

Ainda durante os dois dias de deliberações, as diferentes organizações europeias vocacionadas para o controlo do tabagismo identificaram como chaves-mestras de uma «agenda comum» nesta matéria três medidas: a interposição de acções judiciais às indústrias tabaqueiras que não respeitem a legalidade dos seus produtos; a colaboração multidisciplinar entre profissionais de saúde e a obtenção de um acordo a nível europeu que preveja uma «política eficaz de controlo do tabagismo», no que deveria ser um contra-ataque à poderosa máquina de marketing da indústria tabaqueira.

MARY RODRIGUES

GUTERRES VISITOU OBRAS DA EXPANSÃO DO METRO DE LISBOA

O Governo do PS decididamente aposta no Metro. Nunca a aposta na expansão deste meio de transporte rápido, seguro e cómodo foi tão grande.

Objectivo principal: servir os cidadãos e melhorar a sua qualidade de vida, nomeadamente num grande centro urbano como é a região da Grande Lisboa. Os números não enganam: em 1996 o Metro tinha 18,9 km de extensão. Em 2004 terá 40,2 km, o que se traduz num aumento de 21,3 km.

O primeiro-ministro, António Guterres, acompanhado pelo ministro do Equipamento, Jorge Coelho, visitou na tarde do dia 26 as obras da expansão do Metropolitano de Lisboa em Telheiras e na Ameixoeira, onde, ele mesmo, pôs em funcionamento a gigantesca máquina tuneladora «Lovát», que, entre outras características, tem um diâmetro de escavação de 9,8 metros, podendo operar quer modo aberto, quer em modo fechado, dependendo das condições de terreno que encontrar.

Com uma rede de 18,9 quilómetros, 128 milhões de passageiros e 27 estações em 1996, o Metro atinge 27,7 quilómetros, 166



milhões de passageiros e 40 estações este ano e vai ter 40,2 quilómetros, 200 milhões de passageiros e 53 estações em 2004, refere uma nota do Ministério do Equipamento.

O metropolitano chega a Telheiras até Setembro de 2002, a Santa Apolónia até Junho de 2003, a Odivelas até Março de 2004, a S. Sebastião até Junho de 2004 e

à Falagueira até Dezembro de 2004.

O prolongamento da Linha Amarela até ao Senhor Roubado e Odivelas vai fazer com que pela primeira vez na sua história o Metropolitano atravesse a fronteira concelhia de Lisboa.

Por outro lado, o prolongamento da Linha Vermelha da Alameda para o Saldanha e daqui para S. Sebastião vai proporcionar – pela primeira vez - uma ligação directa entre todas as linhas da rede do Metro.

A futura linha Amarela prolongada vai seguir do Campo Grande até à Quinta das Mouras, junto ao edifício da Tóbis, seguindo depois para o Lumiar e Ameixoeira, estando prevista no futuro uma estação também na Quinta das Lavadeiras.

Também Telheiras, um dos bairros mais modernos de Lisboa, vai passar a contar com uma estação de Metro, em prolongamento da Linha Verde que agora se detém no campo Grande.

Se a Linha Amarela vai servir o concelho de Odivelas, a Linha Azul servirá o da Amadora, estando previsto que o Metro, a partir da Pontinha, venha a ter uma nova estação junto a Alfovelos, avançando depois até à Falagueira.

No que diz respeito à Linha Azul, vai ter o prolongamento do Terreiro do Paço, assegurando a interface com o sistema

fluvial de transportes que serve dezenas de milhares de pessoas todos os dias, e seguirá depois para Santa Apolónia.

Quanto à Linha Amarela, vai arrancar do Rato para a Estrela, aproximando-se dos bairros de Campo de Ourique e Lapa, passando de seis para 12 quilómetros e de oito para 14 estações.

Revolução tranquila nos transportes não pára

Entretanto, a revolução tranquila nos transportes não pára, e no dia 28 o primeiro-ministro, António Guterres, num comboio ultramoderno, de dois pisos, fez a viagem de inauguração da ligação ferroviária Alverca/Queluz-Massamá, com passagem pela Gare do Oriente, e voidita às interfaces das estações da Damaia/Santa Cruz e Reboleira.

A ligação entre a linha da Azambuja e a linha de Sintra será feita com novos comboios de dois pisos que circularão entre estas duas estações nas horas António Guterres, que se encontrava acompanhado do ministro Jorge Coelho e dos presidentes de Câmara da Amadora, Sintra e Vila Franca de Xira, visitou também as novas interfaces das estações da Damaia/Santa Cruz e Reboleira, que entrarão nesse mesmo dia ao serviço.

J. C. C. B.

SEGURANÇA ALIMENTAR É UMA PRIORIDADE DO GOVERNO

A segurança da cadeia dos alimentos, em breve com resposta na criação da Agência Portuguesa para a Segurança Alimentar, ocupa o «primeiro lugar das preocupações» do Governo, afirmou, no dia 26 de Maio, o secretário de Estado para a Defesa do Consumidor.

Acácio Barreiros, que encerrou na Faculdade de Direito de Coimbra o II Curso Pós Graduação de Direito do Consumo, sustentou que essa preocupação se justifica pela ocorrência de fenómenos como a BSE e os organismos geneticamente modificados.

Para o membro do Governo, a estratégia deve passar por uma política de «verdadeira protecção do consumidor», para responder à «mutabilidade constante dos fenómenos com que se confronta, no evoluir dos tempos, a defesa do consumidor».

«Estou convicto que à mutação dos fenómenos responderemos com a

afirmação inequívoca dos direitos dos consumidores. Aos organismos geneticamente modificados responderemos com o postulado constitucional do direito do consumidor à protecção da saúde, e que exige a criação de uma agência para a segurança alimentar que controle toda a cadeia de produção e distribuição», observou.

Aludindo à presidência portuguesa da União Europeia, em curso, frisou que ela teve o mérito de «elevar à dimensão europeia» a discussão do sobreendividamento dos consumidores, dar um impulso significativo à criação da Agência Europeia para a Segurança Alimentar e à aprovação de uma resolução que cria a rede europeia de resolução de conflitos de consumo.

«Temos agora a responsabilidade de sustentarmos as prioridades por nós definidas. E não abdicaremos dessa responsabilidade. A nível nacional estamos em fase final de aprovação da Agência

Portuguesa para a Segurança Alimentar, e muito em breve deliberaremos, e seremos os primeiros a fazê-lo, sobre a definição do ponto de contacto português no âmbito da referida rede europeia de resolução extrajudicial de conflitos de consumo», acrescentou.

Práticas agressivas de «marketing» e publicidade

Merecem também lugar de destaque nas preocupações do Governo, na protecção dos consumidores, o comércio à distância, a democratização do crédito e as práticas agressivas de «marketing» e publicidade, referiu.

A nível interno - realçou - torna-se necessário consolidar a autonomia do direito do consumo.

Essa «sistemática unicidade» será concretizada com o Código do Consumidor, em fase de elaboração por uma comissão presidida por Pinto Monteiro, professor da

Faculdade de Direito de Coimbra e responsável pelo curso de pós graduação que hoje encerrou.

«É um trabalho de grande fôlego, no qual deposito grandes esperanças», confessou Acácio Barreiros à entrada da sessão, dizendo que de certo modo é um projecto pioneiro a nível europeu, porque apenas a França se encontra em fase avançada na elaboração de um código.

Em resposta à questão sobre o seu termo, o membro do Governo referiu que esse não é o aspecto mais relevante, pois «o importante é fazer um trabalho de qualidade».

Após a conclusão deste projecto, seguir-se-á um debate público para receber contributos para o seu aperfeiçoamento, acrescentou.

Acácio Barreiros aproveitou a deslocação para enaltecer o «grande serviço que a Faculdade de Direito de Coimbra tem prestado ao País», pelo contributo no desenvolvimento da ciência jurídica e participação legislativa.

MODERNIZAÇÃO

Protecção Civil

SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS

O Governo vai lançar um concurso internacional para desenvolver um avançado sistema integrado de telecomunicações que aumente a eficácia da intervenção de certas entidades, um equipamento que a PSP de Coimbra já está a utilizar. O sistema, denominado TETRA, começou a ser instalado em Coimbra no final do ano passado, encontrando-se já a funcionar na PSP, a primeira entidade do País a utilizá-lo. No próximo mês será estendido ao Porto, mas as restantes entidades deverão ficar à espera que o concurso seja adjudicado. De acordo com o secretário de Estado adjunto da Administração Interna, Manuel Diogo, que na passada segunda-feira, dia 29, participou, em Coimbra, na inauguração da Semana Distrital da Protecção Civil, o novo sistema, denominado de TETRA, é similar aos que se encontram a funcionar com eficácia em



países da Europa. A Holanda, a Bélgica e a Finlândia são países que têm em funcionamento sistemas avançados de telecomunicações, nos quais se inspira o que será adoptado por Portugal.

«É um sistema que interligará todos os serviços que dependem do Governo», referiu, dizendo que entre as 16 entidades envolvidas se encontram o Serviço Nacional de Bombeiros, a Protecção Civil, a PSP, o Exército, a Marinha e o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM). Segundo Manuel Diogo, com o novo sistema, cujo concurso público internacional será lançado ainda este ano, a intenção é «acompanhar o desenvolvimento tecnológico».

«Neste momento, está-se em fase final de elaboração do caderno de encargos e na sua preparação foi envolvida uma equipa com consultores portugueses e estrangeiros», acrescentou.

Manuel Diogo referiu que a visita a Coimbra, para participar na Semana Distrital da Protecção Civil, foi uma deslocação para avaliar no terreno os meios que em situações de emergência podem ser disponibilizados.

«O Governo está empenhado em compartilhar e tornar mais eficaz a intervenção, ajudando a formar pessoas para que em situações de catástrofe possam dar a melhor resposta», sublinhou.

O governante visitou também um espaço onde foram expostos os recursos móveis do Centro Distrital de Emergência da Protecção Civil e do Centro de Operações Avançadas (COPAV), na Praça da República.

Manuel Diogo, que enalteceu a iniciativa, considerou importante que a população tenha conhecimento que existe um conjunto de entidades para actuar prontamente em situação de catástrofe.

III QCA

Vara defende

MAIS DINAMISMO TRANSMONTANO

O ministro adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara, exortou, no dia 29, os agentes sociais transmontanos a adoptarem um maior dinamismo para aproveitarem as oportunidades de desenvolvimento oferecidas pelo III Quadro Comunitário de Apoio (III QCA). «É preciso que os autarcas, empresários e outros agentes sejam capazes de apresentar projectos com mais força e maior dinamismo e não ficarem dependentes do que o Estado possa fazer», afirmou o governante no jantar de encerramento da Reginorde, a feira das actividades económicas que decorreu durante a semana, em Mirandela. Vara considerou estarem criadas condições, com o III QCA, para que o mundo empresarial e a iniciativa privada se empenhem a sério para desenvolver a região, mostrando-se convicto de que «os erros que aconteceram nos anteriores quadros comunitários de apoio têm menos hipóteses de acontecer no novo». «Mais de 40 por cento das verbas do novo QCA destinam-se às regiões, por isso as câmaras e os empresários que se organizem, porque os próximos seis anos são a grande oportunidade para a região transmontana dar o salto», considerou. Na opinião do ministro, «não chega haver estradas para que o desenvolvimento aconteça, é necessário também o

dinamismo dos empresários e um dos caminhos passa pelas novas tecnologias, que permitem às empresas da região estarem ao mesmo nível que qualquer outra».

Armando Vara disse ainda que a região vai dar também um contributo para a Agência para a Segurança e Qualidade Alimentar, que vai ser criada dentro de um mês, estabelecer parcerias com diversas entidades dos campos científico e universitário para o controlo da qualidade alimentar.

Um desses parceiros, de acordo com o governante, deverá ser o recém-inaugurado centro de estudos de Reologia e Tecnologia do Instituto Jean Piaget, em Mirandela, que Vara visitou nesta deslocação ao Nordeste Transmontano.

A área da Reologia deste centro dedica-se ao estudo e aperfeiçoamento de diversos produtos regionais, nomeadamente azeite, vinhos e queijos, e tem já no currículo a invenção de uma maionese confeccionada sem ovos que se pretende venha a ser patenteada e comercializada.

«Os laboratórios para o controlo da qualidade alimentar não têm que ser propriedade da Agência para a Segurança e Qualidade Alimentar e, nesse sentido, vamos estabelecer parcerias com as áreas científica e universitária para efectuarem este trabalho de forma independente», declarou.

TOXICODEPENDÊNCIA

Presidente do IDPT defende

COMBATE À DROGA PASSA PELA AGILIDADE, FLEXIBILIDADE E SENSIBILIDADE

«Agilidade, flexibilidade e sensibilidade são três requisitos fundamentais à estratégia de luta contra a droga e toxicodependência, um problema que foi socialmente criado e que tem que ser socialmente combatido sem quaisquer lutas partidárias».

A afirmação é de Elza Pais, empossada no dia 26, em Lisboa, como presidente do Instituto Português da Droga e Toxicodependência (IDPT) na presença dos secretários de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, do Emprego, Adjunto do ministro do Trabalho e Solidariedade, da Saúde e da Administração Pública e Modernização Administrativa.

Para a socióloga, que nos últimos sete meses coordenou o Projecto Vida, o trabalho do instituto agora criado passa pela elaboração de um Plano de Acção e Intervenção das Drogas, pela prevenção primária - «o grande desafio do instituto» - e pela criação de uma base de dados que permita fornecer dados concretos e reais relativamente ao fenómeno que combate.

A mobilização da sociedade civil é, para Elza Pais, fundamental, uma vez que é impossível combater a toxicodependência sem que haja articulação de todos os agentes que compõem a sociedade. Por seu turno, o secretário de Estado que tutela esta área, Vitalino Canas, classificou

a criação do instituto como «um novo ciclo institucional» no combate à droga e toxicodependência.

Prevenção primária

Para o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, o trabalho do instituto passa por uma maior capacidade de intervenção na comunidade, sobretudo ao nível da prevenção primária, e pela necessidade de se medir o impacto que as drogas e a toxicodependência têm na sociedade portuguesa.

A formação continuada de técnicos para trabalharem na área da toxicodependência e o fomento de investigação sobre o fenómeno da droga são, segundo Vitalino Canas, outros dos desafios do instituto. Questionado pela imprensa sobre se está nas perspectivas do Governo implantar em Portugal salas de injeção assistida, Vitalino Canas disse que no próximo mês técnicos portugueses irão visitar à Alemanha unidades desse tipo.

A este respeito, Elza Pais disse que, de momento, há outras prioridades, mas não enjeitou a possibilidade de se tratar de uma estratégia a adoptar, embora sempre com «grande controlo científico». E isto porque - frisou - «é necessário saber avançar e adoptar soluções novas».



Abrantes

Página da autarquia na «World Wide Web»

O município de Abrantes tem desde o dia 15 de Maio uma nova página na «World Wide Web».



Apresentando um «design» novo e dinâmico, esta nova página apresenta várias novidades, com destaque para a criação de um espaço de opinião onde, mensalmente, os munícipes podem dar a sua opinião sobre um tema colocado em discussão.

De salientar que a página oficial de Abrantes já recebeu mais de 50 mil visitas desde a sua primeira versão em Março de 1998.

A página de Abrantes pode ser consultada em <http://www.cm-abrantes.pt>

Albufeira

Gabinete de Apoio à Vítima

Na reunião do passado dia 9 de Maio, a Câmara Municipal de Albufeira aprovou a minuta do protocolo de colaboração e de criação do Gabinete de Apoio à Vítima, a celebrar brevemente com a GNR e a APAV.



O Gabinete de Apoio à Vítima, que vai funcionar no Posto da GNR, tem por objectivo a prestação, em sistema de porta aberta, de serviços gratuitos de apoio, através de informação, aconselhamento, protecção e apoio emocional, jurídico, psicológico e social aos cidadãos vítimas de crime.

Aveiro

Obras no Mercado Manuel Firmino

As obras de recuperação do Mercado Manuel Firmino, no Centro de Aveiro, orçadas em 450 mil contos, vão fazer a ponte entre a velha construção e o Fórum, um novo centro comercial localizado nas

imediações.

De acordo com o projecto vencedor do concurso para a reabilitação do mercado, vai ser acrescentado um novo pórtico envidraçado virado para a zona comercial do Fórum Aveiro.



O Largo do Mercado vai ficar reservado aos peões e por baixo da Rua Silvério Pereira da Silva será feito um silo-auto.

O edifício propriamente dito terá uma nova cobertura e mais um piso para similares de hotelaria e um espaço polivalente.

No rés-do-chão será mantido o espaço comercial periférico, onde se localizam os talhos e outras lojas, e as bancas vão ser agrupadas do lado Nascente.

Haverá 228 bancas e 16 quiosques, destinados à venda de produtos hortícolas e frutícolas, flores e outros relacionados com a indústria de panificação e derivados de carne.

Um espaço polivalente ficará do lado Poente, para realizar a feira das velharias, a venda de artesanato, pequenos espectáculos e arraiais populares.

O vereador responsável pelos mercados, Domingos Cerqueira, disse-se satisfeito com a escolha do projecto, que permite «a integração da área comercial noutra já existente».

Domingos Cerqueira sublinhou ainda o «bom relacionamento» que existe entre o município e os vendedores do Mercado Manuel Firmino.

O projecto foi apreciado por uma comissão de análise composta por representantes da Câmara, da Ordem dos Arquitectos Portugueses, da Ordem dos Engenheiros, e da Associação Comercial de Aveiro.

Cascais



Com o apoio da autarquia nasce Quarteto Lopes-Graça

Acaba de ser criado em Cascais, com o apoio do município local, o Quarteto

Lopes-Graça, que, com a sua actividade artística, pretende homenagear uma das maiores personalidades da cultura portuguesa deste século, falecida em 1994 e que legou à Câmara, por testamento, todo o seu espólio, instalado actualmente na Casa Verdades de Faria-Museu da Música Portuguesa.

Recorde-se que Fernando Lopes-Graça, que viveu no concelho de Cascais quase quatro décadas, é homenageado anualmente, desde 1995, com o Prémio de Composição que tem o seu nome.

Fafe

Dia Mundial da Criança com o grupo Netinhos do Avô

As comemorações do Dia Mundial da Criança em Fafe vão voltar a ter por palco o estádio municipal e por assistência milhares de crianças das escolas do ensino básico e pré-primário do concelho.



A Câmara Municipal de Fafe, através do seu pelouro da Educação, Cultura e Desporto, organizou um programa para a manhã dia 1 de Junho, com início às 9.30 horas, e que inclui a exibição de palhaços e a actuação do grupo Netinhos do Avô, que os mais jovens tanto apreciam.

A distribuição de um lanche culmina a festa dedicada pelo município fafense aos mais novos.

Felgueiras

II Encontro de Teatro

A peça «Sede do Poder», que encerrou com enorme êxito o II Encontro de Teatro de Felgueiras, teve uma segunda apresentação no passado dia 20 de Maio, no Teatro Fonseca Moreira.



Este trabalho, levado à cena pelo Teatro-Oficina Fonseca Moreira e encenado por Fernando Maia, é uma comédia de um autor espanhol desconhecido, com tradução de Ferreira da Silva.

Lisboa

Noivos de Santo António

A Câmara Municipal de Lisboa no programa que preparou este ano para os Casamentos de Santo António, determina que até na despedida de solteiros os noivos vão estar juntos.

As festividades começaram no dia 28 de Maio, com a apresentação dos noivos ao presidente da Câmara, e só terminam no dia 12 de Junho, altura em que se celebram os 17 casamentos que serão transmitidos pela estação de televisão SIC.

No passado dia 28, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, almoçou no Museu da Cidade com os casais, pais e padrinhos, tendo como objectivo conhecer os noivos.



No dia 4 de Junho, os noivos festejam a despedida de solteiros juntos, no Casino Estoril, onde para além do jantar vão poder assistir ao programa em cartaz.

«Os noivos podem levar dois amigos e, este ano, decidimos juntar os casais na festa de despedida porque achamos que se divertem mais», explicou Sara Luisa, do Núcleo de Eventos do Departamento de Apoio à Gestão e Actividade Institucional (DAGAI) da Câmara Municipal de Lisboa.

Antes do casamento, no dia 9 de Junho, os casais têm ainda um convite para passar a noite na discoteca Kapital, em Lisboa.

Finalmente, no dia 12 de Junho, os noivos que casam pelo civil reúnem-se às 14 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Os que casam pela Igreja encontram-se uma hora mais tarde na Igreja de Santo António.

A transmissão televisiva tem como pontos altos a celebração nos Paços do Concelho, a Igreja de Santo António e a Estufa Fria onde será a Boda.

Montemor-o-Velho

Autarquia aposta na educação pré-escolar

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho continua a apostar na educação pré-escolar. Neste sentido, a exemplo dos dois últimos anos, a autarquia tem este ano lectivo procedido gradualmente ao desenvolvimento das condições de execução e funcionamento do Programa de Desenvolvimento e Expansão do Pré-Escolar.

Assim, entre outras medidas, este ano lectivo todos os estabelecimentos de educação pré-escolar oficiais têm a componente de fornecimento de refeições que são participadas pela edilidade montemorense.

PS EM MOVIMENTO

COIMBRA

Jantar de apoio a Parreirão

Mais de mil militantes socialistas do distrito de Coimbra participaram na passada sexta-feira num jantar de apoio à candidatura do camarada Luís Parreirão a líder da Federação Distrital de Coimbra do PS.

O apoio à candidatura de Parreirão é unânime e consensual entre os militantes de Coimbra, que reconhecem ser Parreirão a melhor escolha para liderar a Federação.

Destaque para as presenças dos militantes históricos do PS Fernando Valle, presidente do partido, Manuel Alegre, António Campos.

O jantar foi dominado pela exaltação dos valores de esquerda do partido, um PS que não renega os seus princípios, um PS laico, republicano, socialista, de bandeira vermelha e de punho erguido, bem como pela contestação ao processo de co-incineração.

PS laico, republicano, de bandeira vermelha e punho erguido

O camarada Manuel Alegre, que tem liderado no interior do PS o combate ao processo de co-incineração, na intervenção que efectuou reiterou o seu empenhamento na luta contra a co-incineração.

Por sua vez, o presidente honorário do PS, camarada Fernando Valle, depois de vivas à República, defendeu os valores de esquerda contidos no projecto do PS.

Na mesma linha foi a intervenção do camarada António Campos, que teve rasgados elogios a Manuel Alegre e Luís Parreirão.

Quanto ao camarada Luís Parreirão, prometeu «um exercício de poder sempre solidário com Coimbra» e defendeu que o PS deve ser o pólo aglutinador dos «valores de esquerda».



LISBOA

Miguel Coelho recandidata-se

O actual líder da Comissão Política Concelhia de Lisboa do Partido Socialista, Miguel Coelho, vai recandidatar ao cargo nas próximas eleições partidárias previstas para o Outono deste ano. «Tenciono recandidatar-me com uma equipa de continuidade», referiu Miguel Coelho, sublinhando que a sua desistência da candidatura à liderança da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS «é um assunto encerrado».

«Devo, no entanto, dar uma explicação aos cerca de mil militantes que já tinham subscrito a minha candidatura», adiantou.

Esta explicação, referiu Miguel Coelho, será dada no decorrer de um jantar que se realizará na Estufa Fria, em Lisboa, a 6 de Junho, para o qual vai convidar todos os que subscreveram a candidatura.

Coelho adiantou que nesse jantar «apresentará ainda as linhas de força» da sua recandidatura à liderança da concelhia socialista de Lisboa.

O deputado Miguel Coelho é o líder da concelhia socialista de Lisboa desde 1996, altura em que sucedeu no cargo a Nuno Baltazar Mendes.



Autarcas apoiam co-incineração

Os autarcas socialistas da Junta Metropolitana de Lisboa reuniram-se ontem de manhã, no Hotel Tivoli, em Lisboa, com o ministro do Ambiente, camarada José Sócrates, e com o presidente da Câmara Municipal de Setúbal, camarada Mata Cáceres, para expressar o seu total e incondicional apoio à co-incineração o melhor processo ambiental para tratar os resíduos tóxicos e acabar com as lixeiras a céu aberto que proliferam ainda no País.

PS critica PSD por defender aumentos dos combustíveis

O camarada Jorge Coelho manifestou no dia 23 o seu «espanto» pela defesa do PSD de um novo aumento dos preços dos combustíveis, ao falar aos repórteres num intervalo da reunião dos presidentes das federações do PS com António Guterres.

Recordando afirmações do líder do PSD, o coordenador da Comissão Permanente do PS reafirmou a posição, já anunciada no Parlamento pelo primeiro-ministro, António Guterres, de que não haverá aumentos dos preços nos combustíveis até ao final do ano.

«Fica assim desmascarada a campanha que o PSD fez relativamente aos aumentos dos combustíveis e fica claro que se o PSD fosse Governo hoje em Portugal haveria novo aumento dos preços», afirmou o ministro da Presidência.

O PS, pelo contrário, «é o garante de que não existirá esse aumento até ao fim do ano, tal como afirmou o primeiro-ministro na Assembleia da República», acrescentou.

A reunião «está a correr com um espírito de grande coesão e determinação em prosseguir o projecto que o PS e o Governo têm para desenvolver Portugal», afirmou Jorge Coelho.

Todos os presentes que tinham falado até então manifestaram, por seu turno, «total determinação em que o PS continue a ser como um referencial de estabilidade em Portugal».

A reunião dos presidentes das federações distritais do PS teve lugar durante um jantar no Hotel Altis em que participou também, além de Guterres e de Jorge Coelho, António Galamba, secretário nacional para a Organização.

Sim à co-incineração

Interrogado sobre a questão da co-incineração, Jorge Coelho disse que na reunião foram feitas diversas intervenções «num estado de espírito extremamente positivo relativamente à necessidade de Portugal também nesta matéria ser um País avançado que necessita de tratar os seus resíduos perigosos».

«Temos uma visão do que tem que ser feito no País e que irá ser feito. E há aqui uma grande solidariedade e uma grande coesão em volta daquilo que estamos a decidir fazer nesta matéria», afirmou ainda.

Questionado sobre a posição dos deputados de Coimbra, Jorge Coelho lembrou que «cada um tem que assumir as suas responsabilidades», sublinhando que «o PS como um todo assume as suas».

«Como é evidente poderá haver uma ou outra voz discordante nesta matéria», admitiu. «Assumimos todos as nossas responsabilidades, mas o País tem que ir em frente e o Governo tem de tomar as decisões que têm de ser tomadas. O País tem de ter condições para ser mais limpo e ter melhor ambiente», acrescentou.

«Em Portugal, é preciso levar em frente esta política para ter um melhor ambiente para que as pessoas possam viver melhor. E é isso que vai ser feito», frisou.

SANTARÉM

Convenção dos autarcas socialistas

O ministro Adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes, assegurou que a proposta de reforma do sistema eleitoral autárquico está pronta a ir a Conselho de Ministros, defendendo a sua entrada no Parlamento ainda nesta sessão legislativa.

Falando no dia 27, à noite, na abertura da Convenção dos autarcas socialistas do distrito de Santarém, em Fátima, na qual participou na qualidade de dirigente nacional do partido, Fernando Gomes afirmou que não faz sentido alterar as regras do jogo muito em cima do acto eleitoral.

«Ou há condições para que o processo seja alterado ainda neste período legislativo, dando entrada na Assembleia mesmo que a votação se faça posteriormente - mas que hajam consensos agora -, ou será o próprio PS a não entender como positiva esta mudança se os timings não forem os adequados», afirmou.

Fernando Gomes intervinha no primeiro painel da Convenção Distrital Autárquica do PS/Santarém, subordinado ao tema «Que autarquias temos, que autarquias queremos». Fernando Gomes, que tutela a pasta da Administração Local, recapitulou as propostas em preparação pelo seu Governo, reafirmando que a transferência de competências para as autarquias será feita gradualmente a partir de 2001 e até 2003 e sublinhando que, até ao momento, o Governo aumentou em 53 por cento as transferências financeiras para as autarquias sem lhes atribuir novas competências.

Quanto às competências que no seu entender faz sentido saírem do âmbito do Governo, mas que ultrapassam a dimensão do município, Gomes voltou a referir-se à criação de um órgão autárquico intermédio, eleito indirectamente, cuja área geográfica corresponderia à das Unidades Territoriais II.

Na abertura da Convenção, o presidente da Federação distrital do PS, Carlos Cunha, apelou à unidade e à mobilização numa altura em que o partido atravessa «momentos difíceis», provocados pela conjuntura mas também por «alguns erros» do partido e do Governo.

Cunha advertiu para as «grandes pressões» a que serão sujeitos os socialistas nas autarquias de 2001, pedindo que também os autarcas não cometam erros e que se mobilizem para que o PS saia vitorioso no distrito e no País.

Já no debate, também o presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, António Rodrigues, pediu que se acabe com os «traumas da isenção» e que não haja «complexos em apoiar os autarcas do distrito».

A Convenção prosseguiu depois com a discussão de temas como «Juntas de Freguesia - organização e competências», «Câmaras Municipais - organização, competências»; «As Associações de Municípios»; «O III Quadro Comunitário de Apoio»; «As Leis Eleitorais» e «Marketing Político - da conquista ao exercício do poder», tema que contou com a participação do eurodeputado António José Seguro.

A Convenção foi encerrada, ao fim da tarde, por Edite Estrela, depois de Jorge Lácio, deputado eleito pelo distrito, ter feito uma intervenção sobre «A reforma do Estado e do sistema político».



ACTUALIDADE

Nuno Brederode Santos

AS CRUZES DO PSD



Foram Seis os Sorridentes Perfilados que Carlos Cruz apresentou: «Luís Marques Mendes, de Braga; Pedro Santana Lopes, da Figueira da Foz; Luís Filipe Menezes, de Vila Nova de Gaia; Álvaro Barreto, da Soporcel; José Manuel Durão Barroso, de Lisboa; e José Luís Amaro, da Rua de S. Caetano à Lapa.» Ganharia o direito a concorrer o mais rápido a responder correctamente a uma pergunta de algebeira. No caso, foi esta: «Quem é o presidente do PSD?» Após trinta segundos de aplicação, perplexidade e até alguma indignação, o painel iluminou-se, revelando a única resposta certa. Foi a de José Manuel Durão Barroso, que respondeu «José Manuel Durão Barroso.» Tocou música e Carlos Cruz, por entre a constenação dos outros cinco, foi buscá-lo. Tentou uma conversa de circunstância, à base de prolegómenos sedativos, mas a crispção do candidato não minguava. «Então, José Manuel, o que é que faz na vida?» «Eu sou líder do maior partido da oposição!» «Está bem, mas eu pergunto é o que é que faz?» Se esta pergunta o deixou a naufragar no seu próprio suadouro, a seguinte foi pior: «Então, gosta de jogar?» «Gosto, sim senhor.» «E costuma ganhar?» «As vezes. Só não sei

como nem quando.» Carlos Cruz anteviu os escolhos do caminho e atalhou: «Vamos jogar.»

Já encarrapitados naqueles bancos altíssimos, o apresentador disse: «Pergunta para cinco mil escudos: qual das seguintes quatro letras é a primeira no alfabeto? Hipótese A: A. Hipótese B: B. Hipótese C: C. Hipótese D: D.» Foi o silêncio de uma catedral gótica iluminada pelo feérico néon de um casino de Las Vegas. Só se ouviam as ritmadas batidas de um coração electrónico. Cruz ajudou como pôde, mas o concorrente quis a ajuda do público. Perante os 100 por cento de AA, o concorrente respondeu «A.» «E está certo!», bradou Carlos Cruz, a ver se o homem arribava.

Segunda pergunta, para dez mil escudos: «O laranja é a cor do elefante, do Ray Charles, do PSD ou do jacinto-de-água?» O concorrente hesitou e, questionado sobre se queria ajuda, respondeu judiciosamente: «Não, que já perdi a do público.» Enfim, ousou lutar: «É a cor do PSD.» E venceu.

Terceira pergunta, para vinte e cinco mil escudos: «Que escolha foi a do candidato presidencial do PSD? A primeira? A sétima? A vigésima quarta? Ou a quadragésima sexta?» Ai, o homem rasgou-se num sorriso:

«Esta é fácil! Foi a sétima. Fui eu que a fiz...» Quarta pergunta, para cinquenta mil escudos: «Qual o seu maior adversário político? Guterres? Santana Lopes? Paulo Portas? Ou a sua falta de jeito congénita?» Pensou, pensou, roeu a água e bebeu a unha. E depois disse: «Quero ajuda. A dos 50/50.» O computador apagou Santana Lopes e Paulo Portas. Ele sorriu, sobriamente triunfal e disse: «É a última. A minha falta de jeito congénita para a política.» «Bravo!», exclamou Carlos Cruz, entusiasmado-se a entusiasmá-lo. O público, até então apático quando não patibular, levantou-se e aplaudiu-o em delírio. O concorrente estava eufórico. Sentiu que aquele momento fora o comício da sua vida. Quinta pergunta, para setenta e cinco mil escudos. O apresentador informou: «Se ganhar agora, os setenta e cinco contos já ninguém lhos tira. Ei-la: quem escreveu 'A Montanha Mágica'? Thomas Hardy? Thomas Mann? Thomas More? Ou Tomás Alcaide?» O concorrente esverdeou. As luzes baixaram, para que ele sentisse bem à sua volta o deserto do Nevada. O batimento cardíaco voltou ao fundo sonoro. Abriu-se-lhe na testa o sulco do medo. A cara de Carlos Cruz não movia um músculo. Mas, roubado um minuto à eternidade, falou: «Sabe que ainda tem

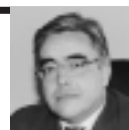
direito à ajuda telefónica? Não quer usar?» O homem encarou-o com angústia a boiar-lhe nos olhos. Demorou, mas respondeu: «Quero.» «Então, a quem quer telefonar?» «A um amigo.» «E como se chama o seu amigo?» «Anibal Silva.» Cruz faz a ligação e ao «está lá?» do outro lado responde «Daqui Carlos Cruz, do 'Quem Quer Ser Milionário?'. O seu amigo José Manuel precisa da sua ajuda.» E depois das prevenções do costume, passa o telefone. O concorrente, pensando na escassez dos trinta segundos disponíveis, lê a pergunta e as quatro hipóteses de resposta. Silva nem hesita: «É o Thomas More.» «Mas tem a certeza? É que há uns anitos o Sr. Prof. trocou-os, quer dizer, ao Thomas More e ao Thomas Mann...» «É falso. Nunca os troquei. Confundi o Thomas Mann com o Thomas More, o que é diferente. Mas nunca confundi o Thomas More com o Thomas Mann.» O concorrente cedeu e disse, simulando segurança: «Foi o Thomas More.» «Tem a certeza?» «Absoluta!» O apresentador fez um ar consternado, acionou o computador e disse: «Lamento muito, mas está errado. A resposta certa era Thomas Mann. Paciência. O jogo é assim. Não lhe posso dar nada. Parte como chegou.

In «Expresso-Revista»

POLÍTICA

Luís Marinho

A CONTRA-REFORMA DA EUROPA



Fechado o ciclo financeiro com a Cimeira de Berlim e aberto o debate sobre o modelo económico e social europeu na recente Cimeira de Lisboa, dão-se os seus primeiros passos naquilo que deverá ser a actualização do modelo político da União. Embora a Presidência Portuguesa sempre tenha defendido uma agenda aberta à pluralidade de assuntos que podem consubstanciar essa actualização de fundo, já ninguém duvida que a presidência francesa simplesmente lidar com um catálogo reduzido, onde se oferece à discussão o esqueleto menu da ponderação de votos no Conselho, do tamanho da Comissão e da extensão da maioria qualificada.

Só por falta de pudor se chamará a isto reforma do Sistema Político Europeu. O que está em causa é a reposição dos temas em que os pretensos grandes países não obtiveram vencimento há três anos, na revisão que deu origem ao novo Tratado de Amesterdão. São eles os relativos às faculdades ou atributos de poder, com que se devem dotar os maiores (os mais ricos), para pôr em ordem os restantes, legião de pequenos, que se fazem ainda hoje representar armados de poderes e influências que, no seu conjunto, podem fazer perigar a cidadela da União. Que terá de ser, embora nunca o tenha sido, o círculo dos quatro grandes (Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália), singularmente todos de acordo para este efeito, mais a Espanha, umas vezes humilde e carente de

solidariedade, outras vezes ufana da sua taxa de natalidade que a transporta ao patamar dos mais populosos da União.

O Parlamento Europeu, que também navegou no mar largo de uma agenda aberta e apta a proporcionar um grande debate político, acaba, porém, de mimetizar o que querem os grandes, com os conhecidos argumentos da eficácia e agilidade na decisão... do Conselho. O texto que foi votado em Estrasburgo defrauda a natureza da instituição parlamentar, livre de tutelas governamentais, e, em vez de uma proposta descomprometida, longe de suspeições nacionalistas, faz valer a aritmética dos votos dos grandes Estados, ansiosos de se libertarem da "injustiça" do excesso de representação no Conselho e na Comissão, conferida aos Estados de média e pequena dimensão pelos tratados e princípios fundadores da Europa comunitária. Esses princípios constitutivos garantiram a todos os Estados uma representação equilibrada, fundada na preservação da identidade e da influência de cada um, sem hegemonias de qualquer um deles. Durante décadas, a Europa forjou-se na cooperação entre grandes e pequenos Estados através da sobrerrepresentação dos menos populosos, condição básica para uma Comunidade de iguais que depressa se tornou atractiva para os que de fora solicitaram sucessivas adesões e deram azo a novos alargamentos. Foi a essa Europa, não hegemónica nem discriminatória face aos

mais pequenos, ou mais pobres, que Portugal aderiu. O que está hoje em causa é a perda dessa qualidade igualitária. A seis, a dez, a doze ou a quinze, nunca a Comunidade, hoje União Europeia, deixou de funcionar, em virtude do número de Estados membros. Quando houve crises foi sempre mais a contradição de interesses que se manifestou que o número de Estados a promovê-las. Mas sempre se respeitou o interesse de todos, às vezes arrancado a ferros pelo triunfo do interesse comum. A Europa sempre foi uma causa de interesse partilhado.

Infelizmente esta visão e metodologia de sucesso europeu está em vias de se perder. A actual Conferência Intergovernamental encaminha-se para conceder uma discriminação positiva, não aos mais fracos, mas aos mais fortes. E o Parlamento Europeu, instrumento da vontade de cidadãos iguais, independentemente do tamanho ou do poder económico dos seus Estados de origem, transforma-se, previerte-se, neste relatório dos senhores Dimitracopolos e Leinen na câmara de eco da vontade de alguns.

Imaginar que uma Comissão pode funcionar em nome do interesse geral, sem que nela esteja presente a especial maneira de ser de cada um dos Estados, reduzindo-a à soma da influência dos maiores, em nome do empedimento que é sempre a pluralidade de vontades, é perder, deixar de fora uma parte do interesse de todos. Uma Comissão reduzida não tem mandato para legislar em

nome dos que ficam de fora, a quem só resta a submissão.

Um Conselho onde cada Estado passa a ter voto ponderado pela sua população significa o desrespeito pela vontade das minorias. Um Parlamento onde cada Estado se faz representar proporcionalmente ao seu número de eleitores significa, por exemplo, que o voto dos portugueses valerá quase um décimo do voto dos alemães. A revisão sonhada por alguns, em nome do alargamento para o dobro, que não se sabe quando chegará, é uma contra-reforma do modelo político europeu. Perdido o interesse comum e dirigida pela hegemonia dos grandes, a Europa protagonista e influente de que o mundo carece e todos precisamos perder-se-á paralisada em contradições insanáveis, por sentimentos de autodefesa. Numa Europa hierarquizada, com vários escalões e muitos degraus, os Estados médios e pequenos quererão guardar uma parte da sua soberania. O caminho, diria, a miragem, para uma Europa federal de soberania comum partilhada por todos depressa dará lugar aos temores e à desconfiança, onde cada um quererá guardar o seu lugar e onde todos, à sua maneira, tratarão de si.

A contra-reforma política em curso não pode vingar. Será melhor que a Conferência Intergovernamental para a reforma dos tratados desembocque num grande fracasso, que sempre será preferível a um grande desastre europeu.

In «Diário de Notícias»

PCP

Edmundo Pedro



A HERANÇA LENINISTA

O PCP não abandonou, até agora, a sua herança leninista. Os seus dirigentes, a começar pelo líder histórico, têm reafirmado, em todos os congressos, a sua fidelidade a essa ideologia. Mas o PCP pretende-se um partido democrático. Ora, serão essas duas formas de fazer política conciliáveis? Dito de outro modo: poder-se-á ser, simultaneamente, leninista e democrata?

Para responder, temos de tentar definir sumariamente o que é, de facto, o leninismo. De acordo com os leninistas, constitui «a teoria e a prática da ditadura do proletariado». Ora sendo, em termos de prática política, uma ditadura, não tem qualquer relação com o exercício democrático do poder.

Conheço a resposta leninista a esta objecção: a democracia não tem só a dimensão política. É verdade. Só que nenhuma das outras vertentes da democracia foi respeitada pelos comunistas enquanto poder. Lenine manifestou sempre o seu desprezo pelas liberdades públicas consagradas nas constituições democráticas. Odiou o parlamentarismo. O seu primeiro acto, logo que ascendeu ao poder, foi dissolver a Assembleia Constituinte que acabara de ser eleita pelo povo russo. Opôs a essa instância legítima o congresso dos soviets, uma assembleia heterogénea, eleita «ad hoc», integrada por «operários, soldados e marinheiros»: assembleia de duvidosa representatividade, facilmente manipulável, destinada a dar uma aparência de

legitimidade ao poder que acabara de conquistar.

Na Primavera de 1917, Lenine lançou a palavra de ordem «Todo o poder aos soviets!» Alguns desses soviets (ou comités) constituíam poderosos baluartes de defesa e de intervenção da classe operária. Os bolcheviques conquistaram o poder em nome do proletariado. O apoio deste - nomeadamente em São Petersburgo, então capital do império czarista, que foi o palco decisivo da revolução - constituiu um factor determinante da sua rápida vitória. Mas, logo que consolidou o seu poder, Lenine esvaziou os soviets das competências que lhes atribuíra. A palavra de ordem «Todo o poder aos soviets!» não passou de mero expediente para os mobilizar a seu favor. Destinou-se a dar-lhes a ilusão de que viriam a partilhar o poder.

Lenine utilizou e mitificou a classe operária, mas não acreditava nela. Sustentava que a «consciência de classe» tinha que ser-lhe introduzida «de fora para dentro». Só os «revolucionários profissionais» em que alicerçara o seu partido eram os depositários dessa consciência. Só eles eram os verdadeiros agentes da dinâmica social e política.

Ao contrário da ideia corrente, que eu próprio partilhei, documentos oficiais provenientes dos arquivos do Estado, publicados depois do início da «perestroika», provam que foi Lenine, e não Estaline, quem inaugurou os terríveis campos do «gulag». Estaline só

acrescentou à repressão a brutalidade do seu carácter asiático. Em termos de prática do poder, o essencial do estalinismo está já contido nas directivas de Lenine.

Apesar da sua prática contraditória, não me parece lícito admitir que Lenine tenha lutado pelo modelo de sociedade que acabou por resultar da revolução que inspirou e dirigiu. Sonhou com uma sociedade tendencialmente igualitária, com a supressão da exploração de classes. Alimentou um desígnio utópico que esbarrou com obstáculos insuperáveis. Para os remover, inspirando-se no exemplo da Revolução Francesa, lançou mão do terror generalizado.

Lenine foi um revolucionário. Tentou uma experiência impossível. Tem essa desculpa. Mas os leninistas do nosso tempo, confrontados com o estado de miséria e de corrupção em que, sob a inspiração dessa ideologia, acabou por cair o país mais rico do mundo, não a têm.

O leninismo fez em Portugal a sua última experiência enquanto técnica de conquista do poder. Álvaro Cunhal mostrou-se durante o PREC à altura do seu mestre.

Com efeito, repetiu no nosso país, com uma mestria excepcional, tanto no plano estratégico como no plano tático, a prática que conduziu Lenine ao poder em 1917. Nada do que foi essencial na magistral operação do líder russo aí faltou: nem a desvalorização da Assembleia Constituinte, considerada «o circo de S. Bento»; nem a tentativa de boicotar o seu funcionamento; nem o desígnio de assumir o controlo de

todos os meios de informação; nem a instrumentalização das «organizações populares de base» (a réplica portuguesa dos soviets, a que não faltaram, sequer, os «comités de soldados e marinheiros», representados pelos nados-mortos SUV). O abortado «congresso das organizações populares de base» (o nosso «congresso dos soviets») chegou a ser convocado para Coimbra, no Verão de 1975. A clara intenção dos seus promotores, oportunamente denunciada, era opô-lo à Assembleia Constituinte. Tal como acontecera na Rússia, em 1917. Só que não estávamos no pós-guerra de 1914-18, mas na Europa de 1975...

É claro que o propósito de Cunhal não era instituir uma «ditadura do proletariado». Seria demasiado óbvio... Pouco leninista, aliás. A intenção era instalar uma «democracia popular» - o que passava pela submissão do PS ou pela criação de um «partido verdadeiramente socialista» que aceitasse a liderança do PCP. Essas operações foram tentadas. Mas falharam. Se tivessem tido êxito, teríamos passado por uma «democracia» semelhante à do Leste...

Em conclusão: leninismo e democracia são conceitos políticos inconciliáveis. O PCP faz falta à democracia e, em particular, à esquerda portuguesa. Mas a sua credibilidade, enquanto partido democrático, passa pela coragem de abandonar, de vez, a obsoleta herança leninista.

In «Expresso»

PERSPECTIVA

Edite Estrela

A SANTANA ALIANÇA



É já um lugar comum dizer que a direita lida mal com as eleições presidenciais. Mas nunca como actualmente o desnorte se notou tanto. Os actuais líderes começaram por atirar para as páginas dos jornais nomes de indiscutível peso político, como Cavaco Silva, Pinto Balsemão e Freitas do Amaral, capazes de unir e mobilizar a direita. Mas, como não conseguiram acertar o relógio nem concertar o registo, acabaram num diálogo de surdos e a caminhar em derivação oposta.

Até parece que voltámos a assistir a uma espécie de «remake» dos tempos em que Marcelo e Portas se distraíram com o jogo do gato e do rato, criando e destruindo a AD. Tendo mudado um dos jogadores, era de esperar que as regras também se alterassem. Afinal o jogo continua, mas agora em versão presidencial e com sérias possibilidades de o rato comer o gato. A «estória» é conhecida. Um dia, Durão

Barroso escreve a Paulo Portas a dizer-lhe: espera aí, não escolhas o candidato no congresso do próximo fim-de-semana, que estou disponível para chegarmos a acordo. Entretanto Paulo Portas vai pressionando e fazendo crer - através das tradicionais fugas de informação - que será ele o candidato para forçar Durão Barroso a vir a jogo, que o mesmo é dizer a votos. Jogando à defesa e por antecipação, porque já conhece os métodos do outro, o líder do PSD esquece a carta e faz referência ao «excelente eventual candidato» que Ferreira do Amaral poderia ser. De notar a sintonia de opiniões de Paulo Portas e Santana Lopes, que classificou de «desastroso» o processo de escolha de Ferreira do Amaral e desafiou Durão Barroso a candidatar-se.

Como Barroso não está pelos ajustes, Portas, que dera garantias de «vir até ao fim» com a sua candidatura, vem «humildemente» reconhecer que não tem

idade nem «curriculum» para a função e desiste de Belém a favor do repente Basílio Horta. Mas, habituado a ser candidato a tudo - cabeça-de-lista às eleições europeias e poucos meses depois às legislativas -, decide-se agora pelas autárquicas e a escolha só podia ser a capital. Deve ser mais uma tentativa para empurrar Durão Barroso a fazer o mesmo, com o objectivo de transformar uma das próximas eleições numa espécie de primárias da direita. E presumo que também neste caso a opinião de Santana Lopes seja coincidente.

Será que afinal estava «escrito nas estrelas» que o fracassado duelo entre Durão Barroso e Santana Lopes pode vir a ser concretizado por interposta pessoa, Paulo Portas, espécie de duplo do presidente da Figueira?

Por este andar e pairando no ar a ameaça de «criação de um novo partido» pelos que se não identificam com a estratégia de Barroso e não se imaginam liderados por

Santana, compreende-se a preocupação de Marques Mendes: «O que mais nos irá acontecer?». A pergunta é pertinente e revela lucidez: ainda lhes pode passar pela cabeça ficar à espera do D. Sebastião, que está desejoso de sair das brumas da Madeira. E também podemos assistir a esta troca de papéis: Ferreira do Amaral, que foi derrotado por João Soares na corrida à Câmara de Lisboa, em 1997, irá defrontar o actual Presidente da República; e Durão Barroso, encostado à parede por Santana e Portas, bem pode ser obrigado a candidatar-se à Câmara da capital. Mas se tiver coragem para isso, tem toda a legitimidade para exigir aos seus adversários internos, designadamente aos do último congresso, que se candidatem a outras câmaras importantes. Aguardam-se os próximos desenvolvimentos, seja na forma de «colóquios da oposição», seja em forma de declarações ou de silêncios.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Teatro em Albufeira

Hoje, Dia Mundial da Criança, começa a V Semana de Animação Infanto-Juvenil, uma iniciativa aberta a todas as escolas do concelho.

«As lendas da nossa terra» é o tema do certame que vai decorrer no parque de estacionamento em frente à Câmara, até ao próximo dia 7, diariamente das 9 às 22 horas. Também a partir de hoje e até ao domingo, dia 4, vai decorrer um Encontro de Teatro subordinado ao tema «Mulheres».

O evento inclui uma tertúlia acerca de «Mulheres no Teatro», a apresentação pública de três espectáculos teatrais e ainda a estreia pública de uma curta-metragem vídeo de ficção.

Assim, hoje poderá ver, às 21 e 30, na Galeria Samora Barros, o vídeo «Mãe» e participar, depois, na tertúlia.

Amanhã, à mesma hora, as no Auditório, assiste à peça «Memória de uma Mulher Fatal, de Augusto Sobral. Um dia depois será altura de apreciar «Mulher, Mulheres» e, no domingo, à mesma hora e no mesmo local, desfrute da encenação de «O Irmão», de David Mourão Ferreira.

Artes em Almodôvar

A FACAL'2000 – V Feira de Artes e Cultura de Almodôvar» arranca este sábado, prolongando-se até dia 10.

Livros em Amarante

O Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso inaugura, amanhã, pelas 17 horas, uma mostra colectiva de Guilherme Maio (objectos) e Leonel Cunha (Pintura), intitulada «Tourné du Bonheur».

A exposição permanecerá aberta ao público até 16 de Julho e poderá ser vista das diariamente 9 horas às 17 e 30, exceptuando segundas-feiras e feriados.

Realizada no âmbito das comemorações do Ano Nacional do Livro e da Leitura, a Feira do Livro de Amarante decorrerá, a partir de quarta-feira até ao dia 14, nas instalações do antigo parque de campismo (à Quinta dos Frades), no seguinte horário: 10-13 horas; 14 e 30-18 horas e 20-23 horas.

Concerto em Coimbra

Tetvocal, quatro belas vozes masculinas poderão ser ouvidas em concerto, na terça-feira, dia 6, no Teatro Académico de Gil Vicente, a partir das 21 e 45.

Sarau em Fafe

A Expo Educa – Festa do Livro arranca hoje, prolongando-se até ao dia 8.

Poderá assistir também hoje, à homenagem a Soledade Summavielle, pelas 21 e 30, no Estúdio Fénix.

Para o dia 3, sábado, estão programados colóquios com o escritor Fernando Campos.

Amanhã, a partir das 21 e 30, assista, no Pavilhão Municipal, ao sarau gímnico e que participação academias de dança e escolas de bailado.

Na próxima quarta-feira, dia 7, a Praça 25 de Abril acolherá o escritor Álvaro Magalhães.

Música em Guimarães

Hoje, às 21 e 30, o paço dos Duques de Bragança acolhe um recital de piano a quatro mãos, a cargo de Rui Pintão e João Queiroz. A Orquestra Nacional do Porto, sob a direcção do maestro Mark Tardue e com a solista Anne Margrethe Dahl (soprano), dará um concerto, amanhã, pelas 21 e 30, também no Paço.

À mesma hora e no mesmo local, um dia depois, assista a um Opus Ensemble.

Stands na Horta

Empresas dos Açores, continente e representações de artesanato das ilhas integram os 250 stands da Feira Lar Campo e Mar, que decorre, até sábado, dia 3, em Ponta Delgada.

Paralelamente, decorrerá um programa de animação cultural no espaço da feira.

Espectáculo em Lisboa

Inaugura-se hoje, pelas 19 e 30, no átrio da estação de Santa Apolónia, a exposição de José Miguel Ribeiro, intitulada «A Suspeita».

«A Construção», de Filipe Crawford, é o espectáculo que a Casa da Comédia propõe para os fins-de-semana, como este que se aproxima (sábados às 17 horas; domingos pelas 11 horas).

Até ao dia 10 poderá assistir, no Belém Clube, à peça «Flores de Estufa», de Nuno Júdice. No «foyer» do pequeno auditório do Centro Cultural de Belém poderá apreciar «In a Sentimental Mood», uma mostra de fotografias de jazz realizadas do fotógrafo José Manuel, entre 1978 e 1999, patente até 31 de Julho.

Feira na Lousã

A Feira Anual de São João está programada para este mês. Um evento, já um «clássico», a não perder.

Orquestra em Montemor-o-Velho

Este sábado, dia 3, passe pelo Centro Cultural e Desportivo de Verride, por volta das 21 e 30, e assista ao um concerto com a Orquestra Ligeira da Carapinheira, a Banda Juvenil da Abrunheira e a Banda Juvenil de Arazede e de Verride.

Cinema em Paredes de Coura

A Semana da Cultura e do Livro termina amanhã, por isso aproveite os últimos cartuchos.

Hoje, assista à abertura da Feira do Livro, pelas 10 horas.

Um encontro com cantigas e ateliers de pinturas faciais, desporto, a hora do conto e fantoches são sugestões para o dia, no Largo 5 de Outubro.

No âmbito de um ciclo de cinema, a inaugurar pelas 22 horas de hoje, exhibe-se «Jogo de Lágrimas», de Neil Jordan.

Amanhã a fita «Tempestade no Gelo», de Ang Lee, poderá ser vista a partir das 23 e 45.

O Largo 5 de Outubro será palco, no sábado, pelas 21 e 30, de um espectáculo a cargo do Grupo de Música Popular da Universidade do Minho.

Acrobacias em Portimão

Mário Cordeiro dará, amanhã, pelas 21 e 30, na Biblioteca Municipal, uma conferência intitulada «Adolescentes, Saúde e Cidadania». O Pavilhão Gimnodesportivo acolhe, este sábado, o Torneio de Encerramento de Desportos Acrobáticos.

Também no dia 3 assista, no Boa Esperança Atlético Clube, ao I Concurso Concelhio da Canção Infantil.

Uma exposição de artistas africanos estará aberta ao público a partir da próxima quarta-feira permanecendo, na Casa Manuel Teixeira Gomes, patente até ao dia 30.

Gastronomia no Porto

A Cidade Invicta recebe a «Semana Gastronómica do Norte Alentejano» até ao dia 4, domingo, no Hotel Ipanema Park.

No Museu de Arte Contemporânea de Serralves decorre, até ao dia 9 de Julho, o ciclo «Berlim em Cinema», um programa paralelo à exposição «Arte em Berlim».

Fritz Lang, Konrad Wolf, Fassbinder e Wenders são alguns dos realizadores escolhidos para este evento onde Berlim é sempre o contexto.

Sabor a mar em Sesimbra

A Fortaleza de Santiago foi o local escolhido para albergar a Feira do Mar, a decorrer até domingo, dia 4.

Destaque-se a actuação, no sábado, pelas 22 horas, de André Sardet.

Paralelamente à feira realiza-se uma acção de promoção da gastronomia da região.

II Encontro Três Escolas de Dança Europeias

CNCD – Angers
Parts – Bruxelas
Forum Dança – Lisboa

1 a 11 de Junho

Pequeno Auditório e Sala de Ensaio
Centro Cultural de Belém

SUGESTÃO

BD Salão Lisboa

O Salão Lisboa de Ilustração e Banda Desenhada fala-nos, este ano sobre o corpo. A maioria das exposições estão concentradas na Standard e outras espalhadas por vários pontos da cidade (Bedeteca, Galeria Zé dos Bois, Assírio e Alvim, Sala do Risco, Casa Fernando Pessoa, Palácio da Mitra e Estação de Santa Apolónia), até 18 de Junho.

A destacar, a exposição sobre o making of de «A Suspeita», um filme de animação português de José Miguel Ribeiro (na Estação de Santa Apolónia, a partir de hoje e até 2 de Julho).

Notável é, igualmente, a maior mostra da obra gráfica do francês Roland Topor (no Palácio da Mitra, a partir de amanhã e até 2 de Julho).

A nível internacional, o maior peso do Salão vem da França, este ano o país convidado de honra. Será dos autores franceses grande parte das paredes da Standard Eléctrica, mas também toda a Bedeteca de Lisboa, até 30 de Setembro.

Mais impacto mediático tem a exposição sobre os 50 anos dos Peanuts. Tiras originais da célebre série de Charles Schulz, os quadros de pintura de Tom Everhardt, litografias, filmes de animação e iniciativas várias, entre as quais teatro, prometem não deixar ninguém desatento.

Entre os portugueses o destaque vai para André Carrilho e Miguel Rocha. Não falta neste Salão a mostra «Ilustração Portuguesa», um clássico com cerca de cem originais expostos e 250 no catálogo.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

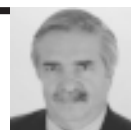
(Pela face das nuvens passa, breve, o apelo da tarde que desmaia e, leve, a espuma do nebrum da praia borda o lengol do mar a flores de neve.)

- Que distância, meu Deus! – Como te deve doer ver-nos olhar-te desta praia sobre o Outro Mar onde este mar desmaia, escuro à prece e escuro à vida breve!

(Pensar em Deus à hora do sol-posto... - Quanta saudade, à voz de portugueses, se deu, assim, com lágrimas no rosto?)

Tarde do Mundo, eis-me de terra ao mar, última luz num rumo de reveses: um sonho que se morre, devagar.

António de Sousa
In «A saudade na poesia portuguesa» Editora Portugal



A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA E A ECONOMIA

1. Presidência portuguesa da União Europeia tem tido um desempenho exemplar, com particular relevo nas áreas do emprego e da inovação, não nos esquecendo da importante acção diplomática desenvolvida e das actuações nos domínios da segurança e justiça europeia. Na área da política internacional e da afirmação da Europa no Mundo, um conjunto significativo de realizações foram levadas a cabo, nomeadamente a Cimeira Euro-Africana no Cairo, a Cimeira com a Rússia, a Cimeira com os Estados Unidos, diversos Encontros com os grupos regionais da América latina, bem como a Cimeira com a Índia. E nesta Cimeira com a Índia, obviamente que não só questões de relevância geo-estratégica estarão em cima da mesa como de carácter económico, destacando-se o importante "dossier" têxtil, relevante para diversas regiões portuguesas, nomeadamente para o Vale do Ave. Tudo isto contribui para o

reforço da ideia de uma Europa aberta ao Mundo, factor e garantia da paz e estabilidade no contexto internacional.

2. A Cimeira extraordinária sobre o Emprego e a Inovação, realizada em Março em Lisboa e o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, a ser efectuado em Junho, constituem decisivos impulsos para requalificar o emprego na Europa, melhorar a empregabilidade, diminuir o desemprego, acelerar a inovação tecnológica e dinamizar a modernização empresarial. Desde as presidências alemã e finlandesa, que o Governo português se empenhou seriamente nestas propostas importantes para toda a economia europeia.

3. A alteração da legislação sobre o enquadramento orçamental a ser feita durante esta Legislatura começada em Novembro de 99, terá que simultaneamente servir critérios de transparência e evidenciar o necessário rigor na gestão das contas públicas e sua orçamentação, mas também

garantir a necessária flexibilidade na gestão dos investimentos públicos que tenha em conta as necessidades de reprogramações e de adaptar decisões relativas a projectos concretos de montante e alcance muito diverso. É isso que está em causa e não os fantasmas da desorçamentação, que os pontos de lança da oposição demagógico-opportunista, corporizada no PSD, procuram agitar perante a opinião pública.

4. Estamos numa curva complicada da trajectória política e económica da nossa sociedade. Há, no entanto, que relembrar serem boas as expectativas do crescimento económico português, ser controlável a inflação, ser compressível o défice orçamental, sendo necessária grande atenção à evolução das receitas fiscais e das despesas com a saúde. O projecto do PS tem pernas para continuar a andar e o necessário e suficiente suporte popular e parlamentar. Não prejudiquemos a sua concretização, por habilidade, desleixo ou falta de empenhamento.

«O PS deve olhar para si e ter sentido crítico»

Jorge Coelho
Público, 27 de Maio

«Não quero ser líder do PS, não tenho nenhuma apetência para isso, nem nenhuma ambição»

Idem, ibidem

«Pina Moura é hoje tão do PS como qualquer um de nós»

Idem, ibidem

«Basta olhar para a história da humanidade para compreender que as sociedades mais justas não são as que se governam em nome de Deus, mas as que se governam em nome da liberdade»

Miguel Sousa Tavares
Público, 26 de Maio

«Eu não desisto de basear a política de lixos sólidos no melhor que o homem tem, o conhecimento científico»

José Sócrates
AR, 25 de Maio

«O concerto da Maria Bethânia e do Caetano Veloso foi um dos espectáculos mais comoventes a que já assisti (...) Quando eles se juntam perante uma plateia criam momentos sublimes»

Maria Elisa
Diário de Notícias, 28 de Maio



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz